



DECRETO N. 0703, DE 17 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 120/CPL/PMJP/RO/2026 de 16/04/2026 \(ID 2611154\)](#).

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Presidente Pregoeira;
- II - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- IV - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- V - Ana Paula de Souza Meireles: Agente de Contratação/Pregoeira.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Adriana Souza Leite;
- II - Izabelly Paiva Porfírio;
- III - Vivian Vieira de Araújo;
- IV - Neurizete dos Santos;
- V - Danielly Melo de Souza.

Art. 2º A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025 ([ID 2044611](#)).

Art. 4º Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 17 de abril de 2026

[assinado eletronicamente]
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 17/04/2026 às 10:01, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.jf-parana.ro.gov.br, informando o ID **2613313** e o código verificador **0CA5E1E5**.

Docto ID: 2613313 v1



DECRETO N. 0168, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026

Nomeia Danielly Melo de Souza, para ocupar o cargo em comissão de Supervisora de Cotação de Preços da Superintendência Permanente de Compras e Licitações do Município de Ji-Paraná.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o teor do Decreto n. 017, de 06 de janeiro de 2025 ([ID 1494260](#));

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada Danielly Melo de Souza, para ocupar o cargo em comissão de Supervisora de Cotação de Preços da Superintendência Permanente de Compras e Licitações do Município de Ji-Paraná.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 2 de fevereiro de 2026.

Palácio Urupá, em 05 de fevereiro de 2026

[assinado eletronicamente]

AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 05/02/2026 às 19:32, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2407794** e o código verificador **70FE8AE9**.

Docto ID: 2407794 v1

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 056/SUPECOL/PMJP/RO/2026
SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG)
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RONDÔNIA (980005)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1- 670/2026 - SEMUSA

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de cadeiras de rodas destinadas às Unidades Básicas de Saúde do Município de Ji-Paraná/RO, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme edital e seus anexos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Dia 09/06/2026 às 09:30h (horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO:
www.gov.br/compras/pt-br/

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:
ABERTO

PARTICIPAÇÃO:

- Itens exclusivos destinados à Participação de ME/EPP/EQUIPARADAS
- Itens destinados a AMPLA PARTICIPAÇÃO
- Item de COTA de 25% RESERVADA À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R\$ 295.627,21 (Duzentos e noventa e cinco mil, seiscentos e vinte e sete reais e vinte e um centavos).

FONTE DE RECURSOS:

FICHAS ORÇAMENTÁRIAS

10	Fundo Municipal de Saúde
02	PODER EXECUTIVO
02 07	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
020703	BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO PRIMÁRIA
10	Saúde
10 301	Atenção Básica
10 301 0002	ACOLHE JI-PARANÁ: AMOR, RESPEITO E SAÚDE PARA
10 301 0002 2101 0000	Manutenção dos Serviços de Atenção Básica em Saúde
555 OR	4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0.1.600 0	010.100 Atenção Primária - Principal
020704	BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO ESPECIALIZADA
10	Saúde
10 302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10 302 0003	SAÚDE CUIDADO ESPECIAL
10 302 0003 2100 0000	Manutenção dos Serviços de Atenção Especializada
608 OR	4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0.1.600 0	010.108 MAC - Procedimentos

EDITAL:

Disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado e ainda no site www.ji-parana.ro.gov.br.

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:

Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc, estão consignados no Anexo I - Termo de Referência.

Demais informações e esclarecimentos: SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150-Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759 – e-mail: supecol@ji-parana.ro.gov.br.

Ji-Paraná/RO, 20 de maio de 2026.

Editais Elaborado por:

[assinado eletronicamente]

Danielly Melo De Souza

Equipe de Apoio

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

Responsável pela licitação:

[assinado eletronicamente]

Willian Gabriel Resende Matias

Pregoeiro

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N. 056/SUPECOL/PMJP/RO/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PARTICIPAÇÃO MISTA

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, através de seu (ua) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, nomeados por força das disposições contidas no **Decreto Municipal n. 0703/GAB/PMJP/2026**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023, do Decreto Municipal nº 1385/2024, Lei Complementar nº 123/2006, demais regulamentos vinculados aos procedimentos licitatórios e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 09 de maio de 2026, às 09h30min. (Horário de Brasília - DF)

LOCAL (endereço eletrônico): Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras/pt-br/

UASG: 980005

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1- 670/2026 - SEMUSA

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para aquisição de cadeiras de rodas destinadas às Unidades Básicas de Saúde do Município de Ji-Paraná/RO, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em 5 (cinco) itens, conforme tabela constante no ANEXO II, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Os itens 2 e 4 é destinado para AMPLA PARTICIPAÇÃO.

1.4. Os itens 3 e 5 é COTA de até 25% RESERVADA À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS.

1.5. O item 1 é DESTINADO À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS.

1.6. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico - comprasnet/catmat, e as especificações constantes no Anexo II deste edital, prevalecerão às últimas.

1.7. Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da marca/modelo/fabricação.

1.8. Os licitantes, no que couber, devem apresentar catálogo dos produtos ofertados para adequada análise técnica do setor requisitante.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam no ANEXO V - Minuta de Ata de Registro de Preços.

2.2. Fica vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

2.3. Não se aplica ao presente certame o previsto no Art.82, III da Lei Federal n. 14.133/2021, que permite que a administração pública licite itens com preços diferenciados, vez que não há nos autos a previsão de preços diferentes com a devida justificada, demonstrando a necessidade e a razoabilidade da pretensa diferenciação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como **firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Existindo itens de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação **em decorrência de sanção que lhe foi imposta**;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

- 3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, **com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada**, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará, em campo próprio do sistema**, que:
- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **deverá declarar**, ainda, **em campo próprio do sistema eletrônico**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, **observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021**.
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A **falsidade da declaração** de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, **após a fase de envio de lances**.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor **unitário do ITEM**;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta **em quantitativo** inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão **inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros** que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, **sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto**.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento **serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente**.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, **em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e a Carta Proposta - Anexo II do Edital**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso **verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato**.

5.9. O município de Ji-Paraná-RO efetuará a retenção do Imposto de Renda eventualmente incidentes sobre o valor de bens, prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, conforme previsto no Decreto Municipal nº 1.330/23, observado cada caso específico tendo como base a Instrução Normativa RF 1.234/2012 e suas alterações.

5.10. Caberá a Contratada destacar na Nota Fiscal dos tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem ou serviço objeto do Edital, nos termos previstos do Decreto Municipal nº 1.330/2023 e Instrução Normativa RB nº 1.234/23.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A **abertura** da presente licitação **dar-se-á automaticamente** em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.

- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A **etapa de lances** da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será **prorrogada automaticamente pelo sistema** quando houver lance ofertado **nos últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o **pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá admitir o reinício da disputa aberta**, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de

menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

- 6.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.21.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.21.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 6.21.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.21.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 6.21.2.2.** empresas brasileiras;
 - 6.21.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.21.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado **permanecer acima do preço máximo** ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1.** Caso a licitante não se manifeste no prazo máximo de até **10 (dez) minutos** através do **CHAT MENSAGEM ao ser convocada**, ou não aceite negociar pelo valor proposto, poderá o Pregoeiro (a) desclassificar a licitante no item que não se manifestou ou cujo preço permaneça superior ao estimado pela Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.
- 6.22.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.22.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.5.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários **à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**.
- 6.22.6.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia – CAGEFIMP;

7.1.5. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Ji-Paraná-RO

7.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro diligenciará para verificar **se houve fraude** por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. **A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).**

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.4. Nos termos do art. 156, inc. III e § 4º da Lei Federal n. 14.133/2021, constatada a existência de sanção de impedimento de contratar junto a Prefeitura do Município de Ji-Paraná, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Será inabilitado, de plano, o licitante que for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública (art. 156, inc. IV), vez que a sanção se aplica em âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

7.6. **Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens Erro! Fonte de referência não encontrada. e 4.6 deste edital.**

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

7.8.1. conter vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de **bens e serviços em geral**, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração**.

7.9.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.10.3. No caso de **serviços de engenharia**, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11. **Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.**

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.13. **Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.** A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo **se limita a sanar erros ou falhas** que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. **Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem, serviço ou da área especializada no objeto.**

7.15. **Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documentos digitais.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais **quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.** (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, *parágrafo único*).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do ANEXO III deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, nos termos da Lei 14.133/21, art. 64 e IN 73/2022, art. 39, §4º, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação estabelecido pelo setor competente poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo estabelecido na convocação;
- b. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, **será divulgado no PNCP** e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas **não obrigará a Administração a contratar**, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar **os licitantes remanescentes do cadastro de reserva**, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com **preço igual ao do adjudicatário**, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que **mantiverem sua proposta original**

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. **Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.6. **Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.**

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. **O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.**

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sítio eletrônico www.ji-parana.ro.gov.br - Portal da Transparência.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

- 12.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1.** advertência;
 - 12.2.2.** multa;
 - 12.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.
 - 12.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 12.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 12.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15. Estarão sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar, nos termos dos arts. 155, V e 156, §4º, III, da Lei nº 14.133/2021, as empresas que após participarem ativamente da sessão pública e apresentarem diversos lances, restando mais bem classificadas na fase de julgamento, simplesmente desistirem da proposta sem motivo ou fato superveniente que a justifique.

12.16. Na inexecução, total ou parcial, do objeto licitado serão aplicadas as sanções previstas no Termo de Referência – Anexo I do presente edital.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico supecol@ji-parana.ro.gov.ro e confirmado através do telefone/WhatsApp (69) 9-9975-2759, das 7:30hs às 13:30hs (horário local).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>

14.11. **Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc, estão consignados no Anexo I - Termo de Referência.**

14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.12.1.1. Apêndice do Termo de Referência

14.12.2. ANEXO II – Carta Proposta (modelo);

14.12.3. ANEXO III – Documentos para fins de Habilitação;

14.12.3.1. ANEXO III – A – Modelo de Declaração

14.12.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;

14.12.5. ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de Preços.

15.1. DO FORO

15.1.1. As partes elegem o **Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO**, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgar toda e qualquer demanda oriunda do presente Edital.

Ji-Paraná/RO, 20 de maio de 2026.

Edital Elaborado por:

[assinado eletronicamente]

Danielly Melo De Souza

Equipe de Apoio

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

Responsável pela licitação:

[assinado eletronicamente]

Willian Gabriel Resende Matias

Pregoeiro

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026



TERMO DE REFERÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO

Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná-RO

Departamento: Departamento de Atenção Básica DAB e Departamento de Média e Alta Complexidade DEMAC.

Objeto: Aquisição de cadeiras de rodas destinadas às Unidades Básicas de Saúde do Município de Ji-Paraná/RO.

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Constitui o presente Termo de Referência a realização de Pregão Eletrônico para aquisição de cadeiras de rodas destinadas às unidades assistenciais da rede municipal de saúde do Município de Ji-Paraná/RO, com o objetivo de garantir melhores condições de mobilidade e acessibilidade aos usuários atendidos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Natureza

1.2.1. Trata-se de bem comum, com especificações usuais de mercado e padrões de desempenho objetivamente definidos neste Termo de Referência, permitindo julgamento objetivo e comparabilidade entre propostas.

1.2.2. O objeto não se enquadra como bem de luxo, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 1384/2024, considerando que os padrões de desempenho e qualidade são os estritamente necessários ao atendimento das necessidades assistenciais das Unidades Básicas de Saúde.

"Os bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de bem de luxo."

1.2.3. Para a execução do objeto deste instrumento licitatório, os eventuais fornecedores deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Modalidade

1.3.1. A contratação será realizada mediante Pregão Eletrônico, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de bem comum com padrões de desempenho objetivamente definidos.

1.3.2. O procedimento licitatório observará as disposições da **Lei Complementar nº 123/2006**, garantindo-se o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, inclusive com a aplicação dos benefícios de empate ficto e a concessão de exclusividade ou reserva de cotas, conforme os limites de valores estabelecidos na referida lei e nos regulamentos municipais vigentes.

1.4. Modo de Disputa

1.4.1. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa aberto.

1.4.1.1. Em consonância ao inciso I do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, no modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, decrescentes, considerando o critério de julgamento de menor preço por item.

1.4.1.2. No modo de disputa aberto, a fase de lances resume-se à disputa eletrônica, realizada por todos os licitantes, oportunidade em que os valores são registrados pelo sistema e o lance vencedor será aquele que apresentar o menor preço ao final da etapa competitiva.

1.5. Quantitativos

1.5.1. Quadro de Especificações Técnicas dos Itens e Quantitativos:

Item	Descrição Técnica do Equipamento	Unidade	Quantidade
1	Cadeira de Rodas Padrão Adulto: estrutura em aço carbono ou alumínio, dobrável em X, pintura eletrostática, assento/encosto em material sintético lavável, freios bilaterais. Capacidade de carga: até 110 kg.	UN	68
2	Cadeira de Rodas para Obesos: estrutura reforçada (X duplo), rodas de alta resistência, largura de assento ampliada, freios reforçados. Capacidade de carga: até 250 kg.	UN	29
3	Cadeira de Banho: em aço inox ou material anticorrosivo, com rodas, assento sanitário em PVC rígido e coletor removível com tampa. Capacidade de carga: mínima de 120 kg.	UN	50

1.5.2. O quantitativo total de **68 unidades** do Item 1 (Cadeira de Rodas Padrão) resulta do agrupamento das demandas planejadas para a rede municipal, sendo:

- **Hospital Municipal (HDCCR):** 40 unidades (DFD 991);
- **UPA:** 10 unidades (conforme DFD nº 279 / ID 236257);
- **DAB (UBS e Expansão):** 15 unidades (DFDs diversos);
- **SAE:** 03 unidades.

Tal consolidação visa a economia de escala e a padronização dos equipamentos em conformidade com a Solicitação de Compra 620/26 (ID 2485162).

1.5.3. A disponibilização de cadeiras de rodas nas unidades de saúde é indispensável para garantir o deslocamento seguro de usuários com mobilidade reduzida, idosos, pessoas com deficiência, pacientes em situação de vulnerabilidade e indivíduos com limitações temporárias decorrentes de condições clínicas.

1.5.4. A inclusão de cadeiras de rodas com maior capacidade de carga visa assegurar o atendimento adequado a usuários com diferentes perfis antropométricos, promovendo maior segurança, conforto e dignidade no atendimento prestado pelas equipes de saúde.

1.5.5. A aquisição dos equipamentos contribuirá para a melhoria do fluxo de atendimento nas unidades de saúde, permitindo maior agilidade no deslocamento interno de pacientes, redução de riscos de acidentes e fortalecimento das condições de acessibilidade no âmbito da rede municipal de saúde.

1.5.6. A descrição da necessidade da aquisição visa assegurar a solução mais adequada ao interesse público, garantindo condições adequadas de mobilidade aos usuários das unidades de saúde e contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

1.6. Prazo do Contrato e Garantia

1.6.1. O prazo para fornecimento dos equipamentos será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento emitida pela Administração.

1.6.2. O prazo contratual poderá ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado e demonstrada a necessidade administrativa.

1.6.3. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contada a partir do recebimento definitivo pela Administração.

1.6.4. Durante o período de garantia, a contratada deverá substituir ou reparar, às suas expensas, quaisquer equipamentos que apresentem falhas de fabricação ou funcionamento inadequado, sem ônus adicional para a Administração.

1.6.5. A substituição ou reparo dos equipamentos deverá ocorrer em prazo razoável, de modo a não comprometer o atendimento prestado pelas Unidades Básicas de Saúde.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente os artigos 6º, 18, 23, 28 e 91, observando-se o planejamento da contratação, o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Documento de Formalização de Demanda (DFD), o critério de julgamento pelo menor preço por item, a modalidade Pregão Eletrônico, a compatibilidade orçamentária e a estimativa de preços fundamentada em pesquisa de mercado.

2.1.1. Tem por objeto a aquisição de cadeiras de rodas destinadas às Unidades Básicas de Saúde do Município de Ji-Paraná/RO, visando garantir condições adequadas de mobilidade e acessibilidade aos usuários que necessitam de apoio para deslocamento nas dependências das unidades de saúde. A contratação justifica-se pela necessidade de suprir a demanda existente nas unidades assistenciais da Atenção Básica, assegurando melhores condições de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde SUS.

2.1.2. A contratação encontra-se prevista no planejamento administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, estando alinhada ao Plano de Contratações Anual e às demandas formalizadas pelo Departamento de Atenção Básica.

2.1.3. Garantia de Acessibilidade e Atendimento Humanizado: A disponibilização de cadeiras de rodas nas Unidades Básicas de Saúde é essencial para assegurar o acesso de pessoas com mobilidade reduzida, idosos, pessoas com deficiência e pacientes com limitações temporárias de locomoção, garantindo atendimento digno, seguro e humanizado.

2.1.4. Segurança e Adequação Assistencial: A existência de equipamentos adequados para o transporte interno de pacientes reduz riscos de quedas, acidentes e intercorrências durante o deslocamento dentro das unidades de saúde, contribuindo para maior segurança dos usuários e das equipes de saúde.

2.1.5. Atendimento a Diferentes Perfis de Usuários: A previsão de cadeiras de rodas com diferentes capacidades de carga permite atender usuários com distintos perfis antropométricos, incluindo pacientes com obesidade, assegurando maior estabilidade, resistência estrutural e segurança durante o uso dos equipamentos.

2.1.6. Eficiência na Prestação dos Serviços de Saúde: A disponibilização de cadeiras de rodas contribui para a melhoria do fluxo de atendimento nas unidades de saúde, possibilitando maior agilidade no deslocamento de pacientes entre recepção, consultórios, salas de procedimentos e demais ambientes assistenciais.

2.1.7. Conformidade com o Planejamento Institucional: A contratação encontra-se devidamente prevista no planejamento administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, com registro no Plano de Contratações

Anual e respaldo nos Documentos de Formalização de Demanda elaborados pelo Departamento de Atenção Básica.

2.1.8. Conformidade Legal: A aquisição mostra-se necessária e devidamente fundamentada nos termos da Lei nº 14.133/2021, observando os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da continuidade dos serviços públicos de saúde.

2.2. Justificativa do Parcelamento ou Não da Aquisição

2.2.1. A contratação será realizada por itens, considerando que os equipamentos possuem especificações técnicas distintas e são amplamente disponíveis no mercado fornecedor, possibilitando a ampliação da competitividade entre licitantes e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

2.2.2. O parcelamento do objeto não compromete a funcionalidade ou a finalidade da contratação, tendo em vista que os itens são independentes entre si e podem ser fornecidos por diferentes fornecedores sem prejuízo à execução do objeto.

2.3. Levantamento de Mercado

2.3.1. O levantamento de mercado destinado à estimativa de preços da contratação foi realizado por meio de consulta a fontes públicas e especializadas, incluindo pesquisa em plataformas de comércio eletrônico e consulta ao Painel de Preços e ao Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, conforme documentação acostada aos autos do processo administrativo.

2.3.2. As informações coletadas permitiram identificar valores praticados no mercado para equipamentos com características técnicas semelhantes, possibilitando a definição de estimativa de preços compatível com a realidade de mercado e adequada às necessidades da Administração.

2.4. Em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar

2.4.1. Os requisitos técnicos mínimos dos equipamentos, bem como os quantitativos estimados, foram definidos com base nas informações constantes no Estudo Técnico Preliminar e nos Documentos de Formalização de Demanda elaborados pelo Departamento de Atenção Básica.

2.4.2. O dimensionamento da contratação considerou a estrutura atual da rede municipal de saúde, composta por Unidades Básicas de Saúde em funcionamento, bem como a previsão de ampliação da rede assistencial, garantindo a adequada disponibilidade de equipamentos para atendimento aos usuários.

2.4.3. A solução proposta apresenta-se como a alternativa mais adequada para atender às necessidades identificadas, assegurando condições adequadas de mobilidade e acessibilidade nas unidades de saúde, em consonância com o interesse público e com os princípios que regem a Administração Pública.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Descrição detalhada da solução:

3.1.1. A solução adotada consiste na aquisição de cadeiras de rodas destinadas às Unidades Básicas de Saúde do Município de Ji-Paraná/RO, configurando-se como a alternativa mais adequada para garantir a mobilidade assistida de usuários com dificuldades de locomoção no interior das unidades de saúde.

3.1.2. A solução contempla o fornecimento de cadeiras de rodas destinadas ao atendimento de diferentes perfis de usuários, incluindo modelos com capacidade de carga padrão e modelos com maior capacidade estrutural, destinados ao atendimento de pacientes com obesidade ou com necessidades específicas de mobilidade.

3.1.3. A aquisição de equipamentos novos possibilita à Administração Pública contar com produtos com garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, assegurando a durabilidade dos equipamentos, a confiabilidade no uso diário e a redução de custos com manutenção corretiva no período inicial de utilização.

3.1.4. A solução compreende o fornecimento dos equipamentos completos e prontos para uso, incluindo todos os componentes necessários ao adequado funcionamento, tais como estrutura metálica resistente, assento e encosto em material apropriado para uso institucional, apoios de braços e apoios de pernas, garantindo conforto e segurança aos usuários.

3.1.5. A caracterização técnica dos equipamentos foi estabelecida considerando padrões usuais de mercado para equipamentos hospitalares e assistenciais, priorizando materiais resistentes, estabilidade estrutural, facilidade de higienização e compatibilidade com o ambiente das unidades de saúde.

3.1.6. Como benefícios resultantes da aquisição, espera-se:

- a) Garantia de Acessibilidade Assistencial: possibilitar o deslocamento seguro de usuários com mobilidade reduzida no interior das unidades de saúde, promovendo atendimento humanizado e inclusivo;
- b) Melhoria do Fluxo de Atendimento: facilitar o transporte de pacientes entre os diferentes ambientes das unidades, contribuindo para maior agilidade nos atendimentos e melhor organização das rotinas assistenciais;
- c) Segurança para Usuários e Profissionais: reduzir riscos de quedas ou acidentes durante o deslocamento de pacientes, assegurando condições adequadas de transporte interno;
- d) Padronização de Equipamentos: promover a uniformização dos equipamentos utilizados nas unidades de saúde, facilitando o controle patrimonial, a manutenção e a reposição futura.

3.1.7. A solução escolhida consiste na realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de bens comuns com especificações objetivamente definidas e amplamente disponíveis no mercado fornecedor. O pregão eletrônico possibilita maior competitividade entre licitantes, transparência na condução do certame, registro formal de todas as etapas do processo e maior eficiência na obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3.1.8. Com base nesses fundamentos, a aquisição das cadeiras de rodas apresenta-se como medida necessária para assegurar melhores condições de atendimento nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Ji-Paraná/RO, contribuindo para a promoção da acessibilidade, da segurança dos usuários e da eficiência na prestação dos serviços públicos de saúde.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, observando-se diretrizes de contratações públicas sustentáveis e boas práticas administrativas:

4.1.1.1. Obedecer às normas técnicas, sanitárias, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego, normas ambientais vigentes e demais regulamentações aplicáveis;

4.1.1.2. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

4.1.1.3. A licitante vencedora e seus dirigentes não poderão ter sido condenados por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em observância aos arts. 1º e 170 da Constituição Federal de 1988, ao art. 149 do Código Penal Brasileiro e às **Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 29 e 105 (Trabalho Forçado) e nº 138 e 182 (Trabalho Infantil)**, bem como ao disposto no **Decreto nº 9.571, de 21 de novembro de 2018**, que estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos.

4.2. Da Descrição dos Requisitos da Contratação

4.2.1. Do Prazo de Assinatura do Contrato:

4.2.1.1. O contrato deverá ser assinado em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da convocação da empresa vencedora do certame.

4.2.1.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada apresentada pela parte interessada durante o seu transcurso, desde que o motivo seja aceito pela Administração, conforme disposto no art. 90, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Especificações técnicas mínimas

Especificações técnicas mínimas

As cadeiras de rodas deverão atender, no mínimo, às seguintes características técnicas:

- **Cadeira de rodas padrão adulto:**
 - **Capacidade mínima de carga: 110 kg;**
 - Estrutura em aço carbono ou alumínio com pintura eletrostática;
 - Assento e encosto em nylon ou material equivalente lavável e impermeável;
 - Rodas traseiras com aro mínimo de 24 polegadas;
 - Rodas dianteiras com aro mínimo de 6 polegadas;
 - Apoio de braços fixos ou escamoteáveis;
 - Apoio de pés removível ou rebatível com regulagem de altura.
- **Cadeira de rodas para obesos:**
 - **Capacidade mínima de carga: 250 kg;**
 - Estrutura reforçada em aço carbono (duplo X);
 - Largura mínima do assento: 60 cm;
 - Rodas traseiras reforçadas para alta capacidade de carga e pneus maciços ou infláveis de alta resistência.
- **Cadeira de banho:**
 - Estrutura em aço inox ou material com tratamento anticorrosivo integral;
 - Assento sanitário em PVC rígido com coletor removível;
 - Rodas com sistema de travamento em pelo menos duas rodas.

4.3.2. As características técnicas mínimas deverão ser comprovadas por meio de catálogo/prospecto técnico do fabricante ou documento técnico equivalente, apresentado na proposta, e poderão ser verificadas no recebimento por inspeção física e conferência das informações do fabricante (etiquetas, manuais e especificações).

4.4. Dos requisitos específicos

4.4.1. Características Gerais dos Equipamentos:

4.4.1.1. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, sem sinais de desgaste, avarias ou reparos prévios, devendo estar em plena conformidade com as normas técnicas brasileiras aplicáveis.

4.4.1.2. As cadeiras de rodas deverão possuir estrutura resistente e estável, adequada ao uso institucional em unidades de saúde, com materiais que permitam higienização frequente e segura.

4.4.1.3. As cadeiras de rodas deverão possuir assento e encosto em material resistente e lavável, estrutura metálica com acabamento anticorrosivo, apoio de braços fixos e apoio de pernas, garantindo segurança e conforto aos usuários.

4.4.1.4. Os equipamentos deverão apresentar estabilidade estrutural compatível com a capacidade de carga especificada, garantindo segurança no transporte interno de pacientes nas unidades de saúde.

4.4.1.5. Os produtos deverão ser fornecidos completos e prontos para uso, acompanhados de manual do fabricante e demais informações técnicas necessárias para correta utilização e conservação.

4.4.1.6. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo pela Administração.

4.5. Condições de Entrega

4.5.1. Os equipamentos deverão ser entregues devidamente embalados, protegidos contra danos durante o transporte e acondicionados de forma adequada à preservação de suas características físicas e estruturais.

4.5.2. A entrega deverá ocorrer no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme ordem de fornecimento emitida pela Administração.

4.5.3. A contratada será responsável por todos os custos de transporte, carga, descarga e entrega dos equipamentos até o local designado pela Administração.

4.5.4. No ato da entrega, os equipamentos serão submetidos à verificação quanto à conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.6. Da garantia do objeto

4.6.1. A todos os itens aplica-se o disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e demais legislações pertinentes.

4.6.2. No caso de vícios ou defeitos de fabricação identificados nos equipamentos fornecidos, a Administração comunicará formalmente à Contratada para que sejam adotadas as providências necessárias à correção.

4.6.3. Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a contratada será responsável por assegurar garantia adequada aos equipamentos fornecidos, abrangendo defeitos de fabricação, vícios ocultos ou falhas estruturais que comprometam o uso adequado do objeto.

4.6.4. O prazo de garantia será contado a partir da data do recebimento definitivo dos equipamentos pela Administração.

4.6.5. Durante o período de garantia, eventuais substituições ou reparos decorrentes de defeitos de fabricação deverão ocorrer sem qualquer ônus adicional para a Administração.

4.6.6. Caso os equipamentos apresentem falhas ou defeitos durante o período de garantia, a contratada deverá providenciar a substituição ou reparo em prazo razoável, garantindo a continuidade da utilização dos equipamentos nas unidades de saúde.

4.6.7. O custo referente ao transporte ou deslocamento para substituição ou reparo dos equipamentos durante o período de garantia será de responsabilidade integral da empresa contratada.

4.6.8. Decorrido o prazo estabelecido para solução do problema sem o devido atendimento, a Administração poderá adotar as medidas administrativas cabíveis, inclusive a contratação de terceiros para execução do serviço necessário, assegurado o direito de ressarcimento dos custos pela contratada.

4.6.9. Os equipamentos substituídos durante o período de garantia deverão possuir características iguais ou superiores às especificadas neste Termo de Referência.

4.7. Das normas técnicas

4.7.1. Os equipamentos fornecidos deverão observar as normas técnicas brasileiras aplicáveis a equipamentos de mobilidade assistida e dispositivos utilizados em ambientes hospitalares ou assistenciais.

4.7.2. Os produtos deverão apresentar padrões adequados de qualidade, segurança estrutural e durabilidade, compatíveis com o uso contínuo em unidades públicas de saúde.

4.7.3. Quando aplicável, a contratada deverá apresentar comprovação de regularização sanitária do produto junto à ANVISA (registro/cadastro/notificação), conforme a classificação do equipamento.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A contratada deverá fornecer os equipamentos atendendo integralmente às condições estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo que as cadeiras de rodas entregues estejam em perfeitas condições de uso, com todos os componentes necessários ao seu funcionamento.

5.2. Do local, horário e prazo de entrega

5.2.1. Do Local e Horário de Entrega: O objeto deverá ser entregue nas sedes do **DMAC** ou **DAB**, ou ainda diretamente nas unidades de saúde indicadas (como as novas **UBS Copas Verdes, Rondon, Nova Londrina e 2º Distrito/Capelasso**, além do **Hospital Municipal, UPA e SAE**), localizadas no perímetro urbano e distrital do Município de Ji-Paraná/RO.

5.2.1.1. O endereço exato constará na Ordem de Fornecimento, cabendo à contratada providenciar a logística de transporte e descarregamento, cujos custos deverão estar inclusos no valor unitário.

5.2.1.2. As entregas deverão ser realizadas em dias úteis, de **segunda a sexta-feira, no horário das 07:30h às 13:30h** (horário local), devendo ser agendadas com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência junto à gerência técnica responsável por cada departamento demandante.

5.2.2. Do prazo de execução

5.2.2.1. O início da execução contratual ocorrerá após a assinatura do contrato e o recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento pela contratada.

5.2.2.2. Os equipamentos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da Ordem de Fornecimento emitida pela Administração.

5.3. Das condições de recebimento

5.3.1. O recebimento dos equipamentos descritos neste Termo de Referência ocorrerá da seguinte forma:

5.3.1.1. Provisoriamente: no ato da entrega dos equipamentos, para posterior verificação da conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis.

5.3.1.2. Definitivamente: no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório, após a verificação da conformidade dos equipamentos, análise de integridade física, conferência

das especificações técnicas e aceitação formal pela Administração.

5.3.1.3. Caso seja identificada qualquer irregularidade, defeito ou incompatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, cuja responsabilidade seja atribuída à contratada, o prazo para o recebimento definitivo será interrompido, reiniciando-se sua contagem após a substituição ou correção dos itens.

5.3.1.4. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada quanto aos vícios ocultos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, nem quanto à qualidade e durabilidade dos equipamentos fornecidos.

5.3.1.5. A recusa injustificada da contratada em realizar a entrega dos equipamentos no prazo estipulado caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas na legislação vigente e no instrumento contratual.

5.4. Da verificação técnica dos equipamentos

5.4.1. A contratada deverá fornecer os equipamentos acompanhados de manual do fabricante ou documento técnico equivalente contendo orientações básicas de utilização e conservação.

5.4.2. A aceitação definitiva dos equipamentos estará condicionada à verificação de que as cadeiras de rodas atendem às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo estabilidade estrutural, qualidade dos materiais, funcionamento adequado e compatibilidade com o uso em ambiente assistencial.

5.4.3. Para fins de recebimento definitivo, a comissão responsável elaborará Checklist de Recebimento, contendo, no mínimo:

- I. integridade estrutural;
- II. funcionamento das rodas e travas (quando aplicável);
- III. conformidade da capacidade de carga informada pelo fabricante;
- IV. presença de manual/termo de garantia;
- V. inexistência de danos/avarias. Constatada não conformidade, os itens serão recusados e a contratada será notificada para substituição, sem ônus, no prazo definido pela Administração, observado o disposto no contrato.

5.5. Critérios mínimos de aceitação

5.5.1. Os equipamentos deverão apresentar estrutura resistente e estável, compatível com a capacidade de carga especificada.

5.5.2. Os materiais utilizados na fabricação deverão permitir higienização adequada e frequente, compatível com o uso em unidades de saúde.

5.5.3. Os equipamentos deverão estar completos, sem danos estruturais, deformações ou defeitos de fabricação.

5.5.4. As cadeiras de rodas deverão apresentar condições adequadas de mobilidade, incluindo funcionamento regular das rodas, apoios e demais componentes.

5.5.5. Os equipamentos deverão corresponder integralmente às especificações técnicas e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência.

5.6. Da rescisão contratual

5.6.1. O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

5.6.2. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurando-se à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme os princípios que regem a Administração Pública.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Do acompanhamento e fiscalização

6.2.1. Os procedimentos de fiscalização atenderão ao disposto na Instrução Normativa nº 04/CGM/PMJP/2024 que:

"Dispõe sobre as atividades de gestor e fiscal de contratos, da comissão de recebimento de materiais e serviços, e dá outras providências".

6.2.2. O fornecimento dos equipamentos será acompanhado e fiscalizado por servidores designados do DAB e do DEMAC, ou, na impossibilidade, por seus substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.3. Em caso de os equipamentos fornecidos não estarem em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, a fiscalização registrará por meio de relatório as falhas ou irregularidades identificadas. Com o recebimento do relatório, a empresa contratada será cientificada das inconformidades apontadas e deverá promover as correções necessárias, ficando sujeita, conforme o caso, às sanções administrativas cabíveis.

6.3. Fiscalização de Contrato

6.3.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução contratual para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar o adequado fornecimento dos equipamentos e os melhores resultados para a Administração.

6.3.2. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição das providências necessárias para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados, conforme disposto no art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

6.3.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade na execução contratual, o fiscal emitirá notificações à contratada para a correção da execução, estabelecendo prazo para o devido ajuste.

6.3.4. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, as situações que demandarem decisões ou providências que ultrapassem sua competência.

6.3.5. No caso de ocorrências que possam comprometer a entrega dos equipamentos no prazo estabelecido, o fiscal comunicará imediatamente o fato ao gestor do contrato.

6.3.6. O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada durante toda a execução contratual, bem como acompanhará os procedimentos relacionados ao empenho, à liquidação e ao pagamento.

6.3.7. A fiscalização da execução contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por eventuais irregularidades, defeitos ou inconformidades no objeto fornecido, não implicando corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes.

6.4. Gestor do Contrato

6.4.1. O gestor do contrato coordenará o acompanhamento da execução contratual, mantendo atualizados os registros formais referentes ao fornecimento dos equipamentos, às comunicações oficiais e às eventuais

alterações contratuais.

6.4.2. O gestor acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato e as medidas adotadas, comunicando à autoridade superior as situações que ultrapassarem sua competência.

6.4.3. O gestor adotará as providências necessárias à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade e eventual aplicação de sanções, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.4. O gestor encaminhará a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, conforme os valores atestados pela fiscalização.

6.5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.5.1. Exercer o acompanhamento, a fiscalização e o controle da execução contratual.

6.5.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

6.5.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos entregues em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

6.5.4. Notificar a contratada sobre quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento dos equipamentos.

6.5.5. Efetuar o pagamento à contratada nas condições estabelecidas no instrumento contratual, após o devido atesto do servidor competente e verificação da regularidade do fornecimento.

6.6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.6.1. Assinar o termo de contrato ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis após a convocação.

6.6.2. Fornecer os equipamentos rigorosamente de acordo com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

6.6.3. Substituir, às suas expensas, os equipamentos que apresentarem defeitos de fabricação, avarias ou desconformidade com as especificações exigidas.

6.6.4. Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas ao fornecimento dos equipamentos, incluindo impostos, taxas, fretes e demais encargos necessários ao cumprimento do objeto contratual.

6.6.5. Manter preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela comunicação com a Administração sempre que necessário.

6.6.6. Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

6.7. Da subcontratação

6.7.1. Fica vedada a subcontratação total do objeto, nos termos do §2º do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

6.7.2. A vedação justifica-se pela necessidade de garantir que a responsabilidade pelo fornecimento e pela qualidade dos equipamentos recaia integralmente sobre a empresa contratada, assegurando maior controle sobre a execução contratual.

6.8. Da arbitragem

6.8.1. A Administração poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis decorrentes do contrato, conforme disposto na legislação aplicável e no art. 151 da Lei nº 14.133/2021.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data do atesto do recebimento definitivo e da liquidação da despesa, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao fornecimento dos equipamentos, acompanhada da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da contratada, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, dos Decretos Municipais nº 1384/2024 e nº 1385/2024, bem como das demais normas aplicáveis.

Para fins de pagamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Comprovação de regularidade com a Fazenda Federal, mediante Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Comprovação de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos relativos a tributos estaduais do domicílio ou sede da contratada;
- c) Comprovação de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa emitida pelo município do domicílio ou sede da contratada;
- d) Comprovação de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;
- e) Comprovação de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade de Situação CRS, emitido pela Caixa Econômica Federal.

7.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida conforme a Unidade Orçamentária responsável pela emissão da Nota de Empenho correspondente, sendo:

- a) Fundo Municipal de Saúde de Ji-Paraná CNPJ nº 19.122.075/0001-73.

7.3. A contratada deverá fazer constar na Nota Fiscal/Fatura, além da descrição detalhada dos equipamentos fornecidos e respectivos quantitativos, o número da Nota de Empenho, o número do processo administrativo e os dados bancários necessários para realização do pagamento.

7.4. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente erros, inconsistências ou ausência de documentação necessária, a Administração poderá suspender o prazo de pagamento até que a contratada providencie a devida regularização.

7.5. Na hipótese de haver irregularidades no cumprimento das obrigações contratuais por parte da contratada, a Secretaria Municipal de Saúde poderá reter os créditos a que esta fizer jus, até o limite dos prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, nos termos do art. 162 da Lei nº 14.133/2021.

7.6. Eventual atraso na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou da documentação exigida como condição para pagamento implicará a prorrogação automática do prazo para pagamento pela Administração.

7.7. Os encargos financeiros decorrentes da inobservância, pela contratada, de qualquer obrigação que resulte em atraso no pagamento serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.8. A Administração não efetuará pagamento de obrigações que venham a ser cobradas diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, exceto nos casos decorrentes de determinação judicial regularmente apresentada.

7.9. A Administração efetuará as retenções tributárias na fonte, quando legalmente exigidas, nos termos da legislação vigente.

7.10. Das Retenções Tributárias e Simples Nacional: A Administração efetuará as retenções tributárias na fonte sobre o valor total da nota fiscal/fatura, conforme as alíquotas estabelecidas na legislação federal e municipal vigente (especialmente a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e regulamentações municipais de Ji-Paraná).

7.10.1. As empresas optantes pelo **Simples Nacional** deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal, a **declaração de opção** pelo regime, conforme modelo previsto na legislação, para que sejam aplicadas as alíquotas diferenciadas de retenção ou a dispensa de retenção de determinados tributos federais, conforme o caso.

7.10.2. Caso a contratada seja optante pelo Simples Nacional, mas não apresente a declaração mencionada no item anterior, ou se a nota fiscal não indicar as alíquotas de retenção conforme a Lei Orçamentária/Anexo de Notas Explicativas do regime, a Administração efetuará a retenção conforme as regras aplicáveis às empresas de regime normal de tributação.

7.10.3. É de responsabilidade exclusiva da contratada a correta indicação de sua condição tributária na Nota Fiscal, bem como a manutenção da regularidade que justifica o benefício do Simples Nacional durante toda a execução da Ata de Registro de Preços.

7.11. Ocorrendo atraso no pagamento por parte da Administração, desde que a contratada não tenha concorrido para tal atraso, os encargos moratórios serão calculados mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Da Forma e Critérios de Seleção: O fornecedor será selecionado por meio de licitação na modalidade **Pregão**, em sua forma eletrônica, conforme disposto nos **arts. 6º, inciso XLI, e 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, adotando-se o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.1.1. Do Sistema de Registro de Preços (SRP): A contratação será realizada mediante o **Sistema de Registro de Preços**, nos termos do art. 6º, inciso XLV, da Lei nº 14.133/2021 e demais regulamentações municipais. A adoção do SRP justifica-se pela natureza do objeto, cuja demanda é frequente e sazonal para o aparelhamento das Unidades Básicas de Saúde (DAB) e unidades de Média e Alta Complexidade (DEMAC), permitindo que a Administração realize aquisições parceladas conforme a disponibilidade orçamentária e a necessidade efetiva da rede municipal, sem a obrigação de compra imediata do quantitativo total.

8.2. Modo de Disputa: Aberto.

8.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.2. Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico oficial do Governo Federal;

8.4.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial ou estabelecimento;

8.4.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivados na Junta Comercial ou inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

8.5. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;

8.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (RFB e PGFN), incluindo contribuições relativas à Seguridade Social;

8.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS;

8.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho CNDT;

8.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, pertinente ao domicílio ou sede do fornecedor, compatível com o objeto contratual;

8.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda estadual e municipal do domicílio ou sede do fornecedor.

8.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.6.1. Será exigida qualificação econômico-financeira, conforme os requisitos abaixo:

I. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, conforme art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;

II. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei;

III. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

IV. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices econômicos, poderá ser exigido patrimônio líquido mínimo correspondente a até 10% do valor estimado da contratação;

V. O atendimento dos índices econômicos deverá ser comprovado mediante apresentação de demonstrações contábeis assinadas por profissional habilitado da área contábil.

8.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 8.7.1.** Será exigida qualificação técnica, conforme as disposições a seguir:
- 8.7.1.1.** Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de equipamentos de natureza compatível com o objeto desta contratação, demonstrando a aptidão do licitante para o fornecimento de cadeiras de rodas ou equipamentos de mobilidade assistida.
- 8.7.1.2.** O(s) atestado(s) poderá(ão) estar acompanhado(s) de documentos complementares que comprovem a execução do fornecimento, tais como notas fiscais, contratos ou documentos equivalentes.
- 8.7.2.** Alvará de licença para localização e funcionamento expedido pelo município da sede da empresa licitante, quando aplicável.
- 8.7.3.** Os equipamentos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e com os padrões usuais de qualidade exigidos para equipamentos utilizados em ambientes assistenciais.

9. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Das cotações e valores a serem utilizados como fundamento à estimativa de preço

- 9.1.1.** A apuração das cotações e a elaboração da estimativa de preços foram realizadas conforme as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, observando-se os parâmetros de mercado e as metodologias previstas para formação de preços nas contratações públicas.
- 9.1.2.** A estimativa foi elaborada com base em levantamento de mercado (ID 2468676) e nas planilhas encaminhadas pelos departamentos demandantes, considerando a necessidade de aparelhamento das novas unidades de saúde e a reposição do parque tecnológico hospitalar já existente, em conformidade com os Documentos de Formalização da Demanda (DFDs).
- 9.1.3.** A consolidação final da estimativa de preços será submetida à análise e validação da Controladoria Geral de Preços do Município de Ji-Paraná, conforme os procedimentos administrativos aplicáveis.

9.2. Das Alterações Contratuais

- 9.2.1.** A contratada deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto da contratação, observados os limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO.

9.3. Da estimativa do preço

- 9.3.1.** Considerando o levantamento de mercado apresentado no Estudo Técnico Preliminar e na pesquisa de preços constante nos autos do processo administrativo, a estimativa do valor unitário e global da contratação foi definida com base nos valores médios praticados no mercado para equipamentos de características técnicas equivalentes.

9.3.2. Os valores estimados para os itens objeto da contratação são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO TÉCNICA DO EQUIPAMENTO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Cadeira de Rodas Padrão Adulto (Capacidade até 110kg)	UN	68	975,00	66.300,00
02	Cadeira de Rodas para Obesos (Capacidade até 250kg)	UN	29	4.545,20	131.810,80
03	Cadeira de Banho (Inox com Coletor Sanitário)	UN	50	390,00	19.500,00
TOTAL			147		R\$ 217.610,80

ITEM	DESCRIÇÃO TÉCNICA DO EQUIPAMENTO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
GERAL					

9.3.3. O valor total estimado para a contratação perfaz o montante de **R\$ 217.610,80 (duzentos e dezessete mil, seiscentos e dez reais e oitenta centavos)**, conforme resultado consolidado da pesquisa de preços realizada (ID 2468676).

9.4. Dos Requisitos da Proposta de Preços

9.4.1. A proposta deverá apresentar descrição clara e detalhada dos equipamentos ofertados, contendo especificações técnicas compatíveis com aquelas estabelecidas neste Termo de Referência.

9.4.2. A empresa licitante deverá apresentar prospecto(s), catálogo(s) ou documento técnico equivalente que permita a verificação das características dos equipamentos ofertados.

9.4.3. A proposta deverá estar datada, assinada e identificada pelo representante legal da licitante, com indicação do número do CNPJ e demais dados de identificação da empresa.

9.4.4. Deverão constar os preços unitários e totais expressos em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais.

9.4.5. A proposta deverá indicar os dados bancários da empresa licitante (banco, agência e conta corrente) para fins de realização dos pagamentos.

9.4.6. O licitante deverá apresentar proposta considerando os quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência.

9.4.7. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.

9.4.8. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências técnicas e formais estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Informamos que a despesa decorrente da presente contratação correrá à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO, vinculadas ao DAB (ficha nº 555) e ao DEMAC (ficha nº 608), devendo constar, para cada ficha, a respectiva classificação orçamentária completa (unidade/ação/programa, elemento de despesa e fonte de recurso), a ser confirmada no momento da emissão da Nota de Empenho.

FICHAS ORÇAMENTÁRIAS

10	Fundo Municipal de Saúde
02	PODER EXECUTIVO
02 07	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
020703	BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO PRIMÁRIA
10	Saúde
10 301	Atenção Básica
10 301 0002	ACOLHE JI-PARANÁ: AMOR, RESPEITO E SAÚDE PARA
10 301 0002 2101 0000	Manutenção dos Serviços de Atenção Básica em Saúde
555 OR	4.4.90.52.00EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0.1.600 0	010.100 Atenção Primária - Principal
020704	BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO ESPECIALIZADA
10	Saúde
10 302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
10 302 0003	SAÚDE CUIDADO ESPECIAL
10 302 0003 2100 0000	Manutenção dos Serviços de Atenção Especializada
608 OR	4.4.90.52.00EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0.1.600 0	010.108 MAC - Procedimentos

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da legislação vigente, o interessado que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não apresentar qualquer documento complementar solicitado pela comissão de contratação para esclarecimento de dúvidas técnicas relacionadas ao objeto;

11.1.2. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do certame;

11.1.3. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo licitatório;

11.1.5. Fraudar o processo licitatório ou os documentos que o compõem;

11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, especialmente ao induzir deliberadamente a erro na apresentação das especificações técnicas dos equipamentos ofertados;

11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

11.2. Com fundamento na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. Advertência, para infrações de menor potencial ofensivo que não comprometam a execução do objeto;

II. Multa, nos casos de atraso na entrega, descumprimento parcial ou total das obrigações assumidas;

III. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.3. Na aplicação das sanções administrativas serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as circunstâncias do caso concreto, incluindo fatores agravantes ou atenuantes;

c) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

d) a repercussão da infração na execução dos serviços públicos de saúde prestados à população.

11.4. A multa será aplicada em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor total do contrato, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1 a 11.1.4, a multa poderá variar de 0,5% a 15% do valor do contrato.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.5 a 11.1.8, a multa poderá variar de 15% a 30% do valor do contrato.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, conforme a gravidade da infração.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será assegurado ao interessado o direito de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de até 3 (três) anos, bem como a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, observarão os procedimentos e prazos estabelecidos nos arts. 156 e 158 da Lei nº 14.133/2021.

11.8. A recusa injustificada em assinar o contrato ou em cumprir as obrigações assumidas caracterizará descumprimento total da obrigação, sujeitando a empresa às penalidades previstas na legislação aplicável.

11.9. A apuração de responsabilidade administrativa será conduzida por comissão designada pela Administração, composta por servidores competentes para esse fim, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

11.10. Dos atos de aplicação de sanção caberá recurso ou pedido de reconsideração, conforme a natureza da penalidade aplicada, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, com efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente.

11.11. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12. DOS RECURSOS

12.1. Os interessados poderão recorrer do resultado publicado em relação à avaliação da documentação de habilitação e da conformidade técnica dos equipamentos ofertados, apresentando suas razões devidamente fundamentadas e por escrito, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da divulgação do resultado da sessão pública, ficando, nesse período, assegurada vista dos autos do processo.

12.2. O recurso limitar-se-á às questões relativas à habilitação e à aceitabilidade da proposta, considerando exclusivamente a documentação e os documentos técnicos apresentados no certame, não sendo admitida a apresentação de documentos novos em fase recursal com o objetivo de suprir omissões ou irregularidades da documentação originalmente apresentada.

12.3. Não serão conhecidos os recursos interpostos fora dos prazos legais estabelecidos, bem como aqueles encaminhados por meios não previstos no instrumento convocatório ou que não tenham sido devidamente registrados no sistema eletrônico utilizado para realização do certame ou protocolados junto ao setor competente da Prefeitura de Ji-Paraná/RO.

13. DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Concluídas as fases do procedimento licitatório, com a análise da documentação de habilitação e da aceitabilidade das propostas, o resultado será encaminhado à autoridade competente para fins de adjudicação e homologação do certame, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

13.2. Após a homologação, o processo administrativo seguirá para as providências necessárias à formalização da contratação e emissão da respectiva Nota de Empenho ou instrumento contratual equivalente.

14. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14.1. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado que serviu de base para a licitação.

14.2. Após o interregno mínimo de um ano e independentemente de solicitação da contratada, os preços iniciais poderão ser reajustados mediante aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada com base na última variação conhecida, liquidando-se a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

14.5. Nas aferições finais para liquidação do contrato, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o índice definitivo.

14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou, de qualquer forma, não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação então vigente.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes poderão eleger, por mútuo acordo, novo índice oficial para reajustamento do valor remanescente do contrato, mediante formalização por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será formalizado por simples apostilamento, nos termos do art. 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, dispensada a celebração de termo aditivo, exceto nas hipóteses em que haja necessidade de alteração contratual diversa.

14.9. A revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser solicitada a qualquer tempo, desde que devidamente comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que tornem excessivamente onerosa a execução contratual, nos termos da legislação vigente.

14.10. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalmente analisada pela Administração, mediante apresentação de documentação comprobatória pela contratada, observando-se os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da manutenção da equação econômico-financeira originalmente pactuada.

15. DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas neste Termo de Referência serão decididos pela Administração, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas demais normas e regulamentos federais, estaduais e municipais aplicáveis à matéria.

15.2. Quando necessário, para a solução de dúvidas ou controvérsias relacionadas à execução contratual, serão observados os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado aplicáveis à Administração Pública, sempre em consonância com o interesse público e com a finalidade assistencial da Secretaria Municipal de Saúde.

15.3. Eventuais retificações neste Termo de Referência, por iniciativa da Administração ou em decorrência de impugnações apresentadas pelos interessados, deverão ser publicadas nos mesmos meios utilizados para divulgação do instrumento convocatório, reabrindo-se o prazo para apresentação de propostas quando a alteração afetar a formulação das mesmas.

16. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

16.1. O Município reserva-se o direito de revogar ou anular o presente processo licitatório, no todo ou em parte, por razões de interesse público devidamente comprovadas ou por vício de legalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos da legislação vigente, bem como adiá-lo ou prorrogar o prazo para o recebimento e abertura das propostas, não cabendo, em tais hipóteses, qualquer direito à indenização por parte dos interessados.

16.2. A participação no presente processo licitatório implica na aceitação integral e irrevogável de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais documentos que integram o processo administrativo, bem como na observância das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

16.3. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação deste Termo de Referência, poderão ser solicitadas ao Município de Ji-Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, junto ao setor competente da Coordenação Geral Administrativa, através do e-mail semusajipa@gmail.com ou pelo telefone (69) 3416-4052.

16.4. O presente documento tem por finalidade assegurar a adequada instrução do processo de contratação, garantindo que os equipamentos a serem adquiridos atendam às necessidades das unidades de saúde do Município de Ji-Paraná/RO, contribuindo para a melhoria da acessibilidade e das condições de atendimento aos usuários da rede pública de saúde.

16.5. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 1384/2024 e do Decreto Municipal nº 1385/2024, assegurando que todos os procedimentos, requisitos e critérios estabelecidos estejam em consonância com a legislação vigente e com os princípios que regem a Administração Pública.

17. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

17.1. Da Vigência da Ata de Registro de Preços

17.1.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, nos termos do **art. 22 do Decreto Federal nº 11.462/2023** e do **art. 12, § 1º do Decreto Municipal nº 1385/2024**.

17.2. Da Divulgação e Eficácia 17.2.1. Como condição indispensável para sua eficácia, a Ata de Registro de Preços, bem como suas eventuais prorrogações e alterações, deverá ser obrigatoriamente divulgada no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no **Diário Oficial do Município de Ji-Paraná**.

17.3. Da Prorrogação da Ata e dos Contratos

17.3.1. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços será formalizada por meio de termo aditivo, precedida de pesquisa de mercado que ateste a manutenção da vantagem econômica da proposta registrada.

17.3.2. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços (avenças/renovações) poderão ser prorrogados nos termos da Lei nº 14.133/2021, observando-se a disponibilidade orçamentária e o interesse da Secretaria Municipal de Saúde, desde que o prazo de vigência contratual não ultrapasse os limites legais estabelecidos.

17.4. Das Adesões por Órgãos não Participantes

17.4.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por órgãos ou entidades da Administração Pública que não participaram do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador (SEMUSA) e aceitação do fornecedor beneficiário do registro.

17.4.2. O limite máximo de adesão, para cada órgão ou entidade não participante, é de **50% (cinquenta por cento)** do quantitativo de cada item registrado na Ata para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

17.4.3. O limite global das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

18. DAS ALOCAÇÕES DE RISCOS

18.1. Os riscos ordinários da execução contratual serão suportados pela contratada, cabendo ao contratante apenas os riscos extraordinários ou decorrentes de fatos imprevisíveis, nos termos da legislação aplicável.

Risco	Causa provável	Prob.	Impacto	Responsável	Medidas preventivas	Plano de resposta/contingência
Atraso na entrega dos equipamentos	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque ou atraso no transporte	M	M/A	Contratada	Planejamento logístico, controle de estoque e programação de entrega	Aplicação de penalidades contratuais e reprogramação da entrega
Entrega de equipamentos em desacordo com as especificações	Falha na conferência técnica ou fornecimento de produto inadequado	B/M	A	Contratada	Conferência técnica prévia, apresentação de catálogo e especificações dos produtos	Recusa do recebimento e substituição dos equipamentos às expensas da contratada
Danos aos equipamentos durante o transporte	Embalagem inadequada ou manuseio incorreto	M	M	Contratada	Utilização de embalagem apropriada e transporte adequado	Substituição imediata dos equipamentos danificados
Defeitos de fabricação ou falhas estruturais	Problemas no processo de fabricação ou controle de qualidade	B	M/A	Contratada	Fornecimento de produtos novos com garantia mínima de 12 meses	Substituição ou reparo em garantia, sem ônus para a Administração
Uso inadequado dos equipamentos	Falta de orientação sobre uso ou manuseio incorreto	B	M	Contratante	Orientação básica aos servidores quanto ao uso e conservação	Avaliação do dano e adoção de medidas administrativas para reposição ou manutenção

19. DA APROVAÇÃO


19.1. O Ordenador de Despesas, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, considerando que a elaboração do presente Termo de Referência foi realizada pelo setor técnico competente, resolve APROVAR o presente documento, com a finalidade de subsidiar a realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico para a aquisição de cadeiras de rodas destinadas às Unidades Básicas de Saúde do Município de Ji-Paraná/RO, visando garantir melhores condições de acessibilidade, mobilidade assistida e qualidade no atendimento aos usuários da rede pública municipal de saúde.


19.2.. Assinaturas

Aprovado por:

CRISTIANO RAMOS PEREIRA
Secretário Municipal de Saúde

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

 **SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA**
Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO RAMOS PEREIRA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, em 23/04/2026 às 09:57, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

 **SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA**
Documento assinado eletronicamente por **ALINE LARA DE CARVALHO, Diretora do Dep. de Atenção Básica**, em 23/04/2026 às 10:21, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

 **SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA**
Documento assinado eletronicamente por **DIOGO DE SOUZA OLIVEIRA, GERENTE DEPARTAMENTO MEDIA E ALTA COMPLEXIBILIDADE**, em 23/04/2026 às 10:26, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2614746** e o código verificador **DF08ADB8**.

Referência: [Processo nº 1-670/2026](#).

Docto ID: 2614746 v1



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Requisitante	Departamento de Média e Alta Complexidade - DMAC, Departamento de Atenção Básica DAB
Serviço	Aquisição de cadeira de rodas.

INFORMAÇÕES BÁSICAS PROCESSO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo: 1-670/2026

I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente documento tem por finalidade formalizar o **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, caracterizando a primeira etapa do planejamento da contratação pública, nos termos do art. 18, inciso I, da Lei 14.133/2021.

1.2. O intuito deste estudo é informar a necessidade da secretaria a ser atendida, bem como analisar as possíveis soluções disponíveis, considerando aspectos técnicos, econômicos e operacionais, sempre sob a ótica do interesse público, dentro da Lei 14.133/2021.

1.3. Identifica-se a necessidade de aquisição de equipamentos permanentes, especificamente **cadeiras de rodas (padrão e para obesos) e cadeiras de banho**, para atender às demandas das unidades e setores vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, quais sejam: o Departamento de Média e Alta Complexidade **DMAC** e o Departamento de Atenção Básica **DAB**, os quais farão parte integrante do presente processo.

1.4. A demanda decorre da necessidade estratégica de expansão e modernização da rede de saúde do município de Ji-Paraná, garantindo condições adequadas de assistência, mobilidade, segurança e dignidade aos pacientes e servidores:

1.4.1. Expansão da Rede de Atenção Básica (DAB): Destinada ao aparelhamento das novas unidades em fase de conclusão e ampliação, como a UBS Copas Verdes (Porte III), a UBS Rondon (Porte II), a UBS do Distrito de Nova Londrina (Porte II), a unidade do 2º Distrito (Capelasso/Orleans II) e a ampliação da UBS 2 de Abril para Porte IV.

1.4.2. Modernização e Substituição (DMAC): Destinada à substituição de equipamentos obsoletos e depreciados no Hospital Municipal Dr. Claudionor Couto Roriz, UPA e SAE, assegurando a continuidade dos serviços em ambientes de alta rotatividade e criticidade assistencial.

1.5. A inexistência ou insuficiência destes equipamentos compromete o adequado desempenho das atividades laborais, impacta negativamente as condições de trabalho das equipes de enfermagem e apoio, e pode afetar a continuidade, a eficiência e a qualidade da prestação dos serviços públicos de saúde.

1.6. Tal situação é especialmente sensível em unidades assistenciais e setores estratégicos que atuam em regime de urgência, emergência ou demanda intensificada, onde a mobilidade do paciente é condição essencial para a segurança diagnóstica e terapêutica.

1.7. A Secretaria não dispõe de estoque reserva ou estrutura de manutenção que supra a defasagem atual do parque tecnológico hospitalar e as demandas de implantação das novas unidades de saúde, tornando indispensável a aquisição de novos equipamentos que assegurem padrões adequados de ergonomia e conformidade com as normas sanitárias vigentes.

1.8. A adoção do **Registro de Preços** apresenta-se como a solução mais eficiente, por permitir contratações futuras e eventuais conforme a real demanda, garantindo economicidade, agilidade administrativa e pronta disponibilidade dos serviços quando necessários, conforme os princípios da lei **14.133 Art.º 5:**

"Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#)."

1.9. Dessa forma, a aquisição destes equipamentos permanentes atende a uma necessidade real e estratégica da Secretaria Municipal de Saúde, viabilizando a continuidade das atividades assistenciais e operacionais, assegurando condições dignas de atendimento à população de Ji-Paraná.

II - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

2.1. A presente contratação, destinada à formação de **Registro de Preços** para futura e eventual aquisição de equipamentos permanentes (**cadeiras de rodas e cadeiras de banho**), encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, para o exercício correspondente, em conformidade com o disposto no art. 18, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A inclusão desta demanda no PCA evidencia o alinhamento entre as necessidades operacionais, assistenciais e o planejamento estratégico e orçamentário da Administração Pública, permitindo maior previsibilidade das contratações, otimização do uso dos recursos públicos e racionalização dos processos licitatórios.

2.3. A previsão no PCA confirma que a necessidade de aquisição dos equipamentos foi devidamente formalizada, analisada e validada pelas unidades requisitantes (**DMAC e DAB**), com base em levantamento prévio das demandas reais relacionadas à expansão da rede de Atenção Básica e à manutenção da estrutura de Média e Alta Complexidade, garantindo suporte adequado para a continuidade e a qualidade dos serviços públicos de saúde.

2.4. A presente contratação é respaldada pelos **Documentos de Formalização de Demanda (DFDs)** regularmente cadastrados no sistema, os quais identificam as unidades requisitantes, descrevem as

necessidades específicas e apresentam os quantitativos estimados, em conformidade com os parâmetros técnicos, administrativos e legais vigentes, a saber:

DFD - Formalização de Demanda DFD_Formalizacao_de_Demanda-991 (ID 2353750)

DFD - Formalização de Demanda DMAC (ID 2362543)

DFD - Formalização de Demanda UPA (ID 2362571)

DFD - Formalização de Demanda DO DAB (ID 2390482)

DFD - Formalização de Demanda DO DAB (ID 2390483)

DFD - Formalização de Demanda DO DAB (ID 2390484)

DFD - Formalização de Demanda DO DAB (ID 2390485)

DFD - Formalização de Demanda DO DAB (ID 2390486)

DFD - Formalização de Demanda DO DAB (ID 2390487)

DFD - Formalização de Demanda DO DAB (ID 2390488)

2.5. Esses documentos demonstram que a contratação em estudo integra o ciclo de planejamento anual da Administração, compondo o rol de aquisições prioritárias da Secretaria Municipal de Saúde.

2.6. Dessa forma, resta evidenciada a pertinência, a legitimidade e a aderência da presente contratação ao Plano de Contratações Anual, atendendo plenamente às diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e ao princípio do planejamento, assegurando suporte adequado às atividades institucionais e à execução das políticas públicas de saúde.

III - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Requisitos Gerais

3.1.1. A contratação deverá observar critérios técnicos, legais e operacionais que assegurem a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, garantindo a qualidade, a durabilidade, a segurança assistencial e a conformidade técnica dos equipamentos adquiridos, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente os da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, segurança e continuidade do serviço público. **3.1.2.** Os equipamentos deverão atender integralmente às normas técnicas de fabricação, segurança e ergonomia vigentes, bem como às exigências dos órgãos reguladores (ANVISA e INMETRO), de modo a assegurar a adequada assistência aos pacientes.

3.2. Objeto da Contratação

3.2.1. A presente contratação tem por objeto a formação de **Registro de Preços** para futura e eventual aquisição de equipamentos permanentes, compreendendo **cadeiras de rodas padrão, cadeiras de rodas para obesos e cadeiras de banho**, visando atender às demandas assistenciais e operacionais dos departamentos demandantes.

3.3. Justificativa Técnica

3.3.1. O Departamento de Média e Alta Complexidade **DMAC** e o Departamento de Atenção Básica **DAB** compõem uma rede de ações que demandam infraestrutura de mobilidade robusta para a execução de consultas, internações, procedimentos ambulatoriais, urgência e emergência, além da operacionalização de novas Unidades Básicas de Saúde.

3.3.2. Considerando que a **SEMUSA** não dispõe de estoque reserva e que as unidades apresentam defasagem por desgaste natural e expansão da rede, torna-se necessária a aquisição de equipamentos que

assegurem padrões adequados de higiene (materiais impermeáveis), resistência mecânica e atendimento tempestivo às necessidades dos usuários.

3.3.3. A adoção do **Registro de Preços** permite o fornecimento conforme a necessidade real e o cronograma de abertura das novas UBS, garantindo flexibilidade, economicidade, agilidade administrativa e continuidade das atividades institucionais, evitando prejuízos operacionais e interrupções nos serviços públicos de saúde.

3.4. Qualificação Técnica da Contratada

3.4.1. A empresa a ser contratada deverá comprovar, no mínimo:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica **CNPJ**, com atividade econômica compatível com o objeto da contratação;
- b) Registro ou cadastro vigente dos produtos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (**ANVISA**), conforme legislação aplicável a produtos médicos de classe I;
- c) Certificado de Conformidade do **INMETRO**, quando aplicável aos modelos solicitados;
- d) Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento satisfatório de equipamentos hospitalares compatíveis com o objeto da contratação.

3.5. Normas Técnicas e Regulamentares

3.5.1. Os equipamentos deverão observar, no que couber:

- a) Normas da **ABNT** aplicáveis a cadeiras de rodas e **equipamentos de assistência à saúde**;"
- b) Resoluções da **ANVISA** aplicáveis à fabricação e comercialização de produtos para saúde;
- c) Requisitos de acessibilidade e ergonomia vigentes.

3.6. Descrição Técnica Mínima dos Equipamentos

3.6.1. Os itens a serem fornecidos deverão observar as especificações detalhadas no Termo de Referência, compreendendo, no mínimo:

- a) Fabricação em materiais de alta resistência e durabilidade (aço carbono ou alumínio com tratamento anticorrosivo);
- b) Estofamento em material sintético, impermeável e de fácil higienização;
- c) Sistemas de freios bilaterais e rodas dimensionadas conforme o uso (interno hospitalar ou transporte padrão);
- d) Capacidade de carga compatível com o perfil antropométrico solicitado (Adulto 110Kg, Obeso até 300kg;
- e) Registro de marca, modelo e procedência, garantindo a rastreabilidade dos equipamentos.

3.7. Garantia dos Equipamentos

3.7.1. A contratada deverá conceder garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo, sem prejuízo da garantia legal aplicável.

3.7.2. A garantia deverá abranger estrutura metálica, soldas, rodas, freios, eixos, estofamento e demais componentes estruturais.

3.7.3. Constatado defeito de fabricação, a contratada deverá realizar o reparo ou substituição do item no prazo máximo a ser definido no Termo de Referência, sem ônus para a Administração.

3.8. Subcontratação

3.8.1. A subcontratação não será admitida para o fornecimento do objeto, devendo a contratada assumir integralmente a responsabilidade pela entrega e qualidade dos bens.

3.9. Prazo, Local e Condições de Execução

3.9.1. A vigência da **Ata de Registro de Preços** será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantagem econômica, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

"prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso."

3.9.2. O recebimento dos materiais será realizado de forma provisória (para conferência de volumes) e definitiva (após conferência técnica e funcional), ficando a contratada obrigada a substituir itens que apresentarem divergências das especificações.

3.9.3. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, mediante emissão de Ordem de Fornecimento ou nota de empenho, conforme a necessidade das unidades requisitantes.

3.9.4. O prazo de entrega dos equipamentos será de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da Ordem de Fornecimento formalizada pela Secretaria Municipal de Saúde, devendo ser rigorosamente observado pela contratada para evitar prejuízos ao cronograma de ativação das unidades e à continuidade dos serviços assistenciais.

3.10. Os locais de entrega serão as sedes do **DMAC** ou **DAB**, ou ainda diretamente nas unidades de saúde indicadas (como as novas UBS em fase de aparelhamento), localizadas no perímetro urbano e distrital do Município de Ji-Paraná. O endereço exato constará na Ordem de Fornecimento, cabendo à contratada providenciar a logística de transporte e descarregamento, cujos custos deverão estar inclusos no valor unitário.

3.11. O não atendimento aos prazos, locais ou condições estabelecidas poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no termo de contrato e na legislação vigente.

IV - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

4.1. A estimativa foi elaborada com base em levantamento de mercado (ID 2468676) e nas planilhas encaminhadas pelos departamentos demandantes, considerando a necessidade de aparelhamento das novas unidades de saúde e a reposição do parque tecnológico hospitalar já existente, em conformidade com os Documentos de Formalização da Demanda (DFDs).

4.1.2. A definição dos quantitativos apresentados não é meramente estimativa, mas o resultado de um planejamento detalhado da Secretaria Municipal de Saúde para o exercício de 2026, visando a expansão da rede e a manutenção da qualidade assistencial. Para chegar ao resultado final, utilizou-se a seguinte metodologia:

4.1.3. Levantamento de Necessidades das Novas Unidades: Cálculo baseado na capacidade instalada e no perfil assistencial das novas unidades (Porte II, III e IV), prevendo os equipamentos indispensáveis para a abertura e funcionamento de cada setor.

4.1.4. Avaliação de Depreciação: Diagnóstico dos equipamentos de locomoção em uso no Hospital Municipal e UPA, identificando itens com desgaste físico ou obsolescência tecnológica que oferecem risco ao transporte de pacientes.

4.1.5. A soma das necessidades de expansão somada à demanda de reposição resultou no quantitativo total consolidado, garantindo que o Registro de Preços suporte as ativações das unidades ao longo dos 12 meses de vigência, evitando a desassistência ou a ociosidade de equipes por falta de equipamentos.

4.2. O fornecimento dos itens visa atender às necessidades exclusivas do Departamento de Média e Alta Complexidade (**DMAC**) e do Departamento de Atenção Básica (**DAB**), conforme planilhas e DFDs discriminados nos subitens a seguir.

4.2.1. PLANILHA DE ITENS DO DAB - DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA (Baseada nos DFDs de expansão da rede): PLANILHA DE GASTOS 6 de 30/01/2026 (ID 2392050)

Item	Descrição	Qtde	Und.	Vlr. Unit. (R\$)	Vlr. Total (R\$)
1	Cadeira de Rodas Padrão Adulto (Cap. 110kg)	15	UND	975,00	14.625,00
2	Cadeira de Rodas para Obesos (Cap. 250kg)	24	UND	4.545,20	109.084,80
TOTAL					123.709,80

4.2.2. PLANILHA DE ITENS DO DMAC - DEPARTAMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (Hospital Municipal/UPA/SAE): PLANILHA DE SOLICITAÇÃO 1 de 22/01/2026 (ID 2361317)

Item	Descrição	Qtde	Und.	Vlr. Unit. (R\$)	Vlr. Total (R\$)
1	Cadeira de Rodas Padrão Adulto (Cap. 110kg)	53	UND	975,00	51.675,00
2	Cadeira de Rodas para Obesos (Cap. 250kg)	05	UND	4.545,20	22.726,00
3	Cadeira de Banho (Inox c/ Coletor Sanitário)	50	UND	390,00	19.500,00
TOTAL					94.501,00

4.2.3. Os valores constantes nestas planilhas são baseados na pesquisa de mercado consolidada no item 5 deste estudo.

4.3. Consolidação do Valor Estimado por Item (Global)

Item	Descrição Técnica do Equipamento	Quantidade Total	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Cadeira de Rodas Padrão Adulto (Capacidade até 110kg)	68	975,00	66.300,00
2	Cadeira de Rodas para Obesos (Capacidade até 250kg)	29	4.545,20	131.810,80
3	Cadeira de Banho (Inox c/ Coletor Sanitário)	50	390,00	19.500,00
TOTAL GERAL		147		R\$ 217.610,80

4.3.1. Esclarece-se que o quantitativo global de 68 unidades da Cadeira de Rodas Padrão (Item 1) refere-se ao somatório das demandas do DAB (15 un.), HDCCR (40 un.), UPA (10 un. conforme DFD 279) e SAE (03 un.), garantindo a economia de escala no Registro de Preços

4.4. Dados Técnicos do Fornecimento

4.4.1. Fornecimento parcelado, conforme a conclusão das obras físicas das novas UBS e a necessidade de substituição imediata no ambiente hospitalar.

4.4.2. Equipamentos em conformidade com as normas da **ANVISA** e padrões de ergonomia hospitalar.

4.4.3. Inclusão de garantia mínima de 12 meses e entrega técnica nos locais indicados.

4.5. Justificativa para a Aquisição de Materiais Permanentes

- 4.5.1.** A aquisição de equipamentos de mobilidade mostra-se necessária e vantajosa, considerando:
- 4.5.2.** A inexistência de estrutura própria para a fabricação ou reforma de equipamento de mobilidade hospitalar.
- 4.5.3.** A urgência na ativação de novas unidades de saúde (UBS Copas Verdes, Rondon, Nova Londrina e 2º Distrito) que não possuem equipamentos básico de locomoção.
- 4.5.4.** A necessidade de atendimento ao perfil antropométrico específico da população (obesos), visando a equidade no SUS.
- 4.5.5.** A possibilidade de contratação unificada entre **DMAC** e **DAB**, promovendo economia de escala e padronização tecnológica em toda a rede.
- 4.6.** A consolidação das demandas em um único processo licitatório possibilita maior competitividade, racionalização dos recursos públicos e atendimento eficiente às necessidades institucionais de mobilidade e higiene dos pacientes da **SEMUSA**.

V - LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

5.1. Levantamento de Mercado e Pesquisa de Preços

- 5.1.1.** O levantamento de mercado foi realizado no pro 3 fontes distintas, cotação direta o mercado, cotação em sites e pesquisa no PNCP, conforme consta na: Cotação PESQUISA DE PREÇO de 26/02/2026 (ID 2468676), que trata da aquisição de equipamentos permanentes (cadeiras de rodas e cadeiras de banho) para atender as unidades da SEMUSA (DMAC e DAB).
- 5.1.2.** Para subsidiar a estimativa de custos, foi realizada tentativa de coleta de preços junto a fornecedores locais na cidade de Ji-Paraná. Diante do desinteresse de resposta por parte da empresa consultada, a pesquisa foi estendida para sites especializados do setor médico-hospitalar <https://www.casamedica.com.br/> e consultas ao **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, garantindo a ampla competitividade e a obtenção de valores de referência atualizados.
- 5.1.3.** Segue em anexo no item 4.0 da Cotação PESQUISA DE PREÇO de 26/02/2026 (ID 2468676) para conferência das consultas realizadas, contendo data e horário, com suas respostas e valores.

5.2. Mapa de Custos e Estimativa da Contratação

- 5.2.1.** Com base na pesquisa realizada em 26/02/2026 através de sites especializados (Casa Médica) e dados do **PNCP**, os valores foram consolidados para garantir o equilíbrio econômico-financeiro da futura contratação, conforme detalhado na memória de cálculo abaixo.

5.2.2. Quadro de Referência de Valores (Preços Unitários)

Item	Descrição do Equipamento	Fonte de Referência	Valor Unitário (R\$)
1	Cadeira de Rodas Padrão Adulto (Cap. 110kg)	Casa Médica / Web	975,00
2	Cadeira de Rodas para Obesos (Cap. 250kg)	PNCP / Mercado	4.545,20
3	Cadeira de Banho (Inox c/ Coletor Sanitário)	Casa Médica / Web	390,00

5.2.3. Memória de Cálculo (Valor Total Estimado)

Item	Quantidade Total	Preço de Referência (R\$)	Subtotal (R\$)
Cadeira de Rodas Padrão	68	975,00	R\$ 66.300,00
Cadeira de Rodas para Obesos	29	4.545,20	R\$ 131.810,80
Cadeira de Banho	50	390,00	R\$ 19.500,00
TOTAL ESTIMADO	147		R\$ 217.610,80

5.2.4. O valor total da estimativa para a contratação é de **R\$217.610,80** duzentos e dezessete mil, seiscentos e dez reais e oitenta centavos.

5.2.5. Ressalta-se que a pesquisa realizada no **PNCP** identificou itens similares com valores distintos, contudo, optou-se pela média de mercado que contemple as especificações técnicas de alta resistência e durabilidade necessárias para o ambiente hospitalar e para as novas UBS de Ji-Paraná.

5.3. Justificativa Técnica e Econômica

5.3.1. Considerando que esta Secretaria não dispõe de estrutura própria para fabricação ou reforma de mobiliário hospitalar, a aquisição externa de equipamentos novos é a solução mais viável para garantir a segurança dos pacientes e evitar custos excessivos com manutenções paliativas em equipamentos obsoletos.

5.3.2. A opção pelo **Sistema de Registro de Preços** justifica-se pela natureza do objeto e pela necessidade de entregas parceladas, acompanhando o cronograma de ativação das novas Unidades Básicas de Saúde, o que evita a necessidade de estocagem volumosa por longos períodos.

5.3.3. A contratação encontra pleno amparo no § 1º do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021, garantindo que o valor estimado seja compatível com os praticados pelo mercado, observando a potencial economia de escala.

5.4. O mercado de equipamentos hospitalares apresenta ampla oferta de fabricantes e distribuidores, garantindo competitividade e qualidade técnica conforme as exigências da **ANVISA**.

5.5. O montante estimado de **R\$ 219.060,80** mostra-se adequado para subsidiar a contratação, garantindo a mobilidade e a acessibilidade dos usuários do SUS e a preservação do interesse público.

5.6. A contratação encontra pleno amparo no **§ 1º do Art. 23 Lei nº14.133/2021:**

"O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto."

5.7. Assim, o levantamento de mercado realizado fornece base suficiente e idônea para o prosseguimento imediato do processo de contratação.

VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO

6.1. Critérios Utilizados para Estimativa de Preços

6.1.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base no levantamento de mercado para equipamentos permanentes de mobilidade hospitalar, considerando as especificações técnicas de resistência e durabilidade necessárias para atender tanto o ambiente hospitalar de alta rotatividade quanto as novas unidades de saúde do município.

6.1.2. Diante da inércia do mercado local em responder às solicitações de orçamento, adotou-se como referência a pesquisa em sites especializados e no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** realizada em 26/02/2026, utilizando-se os valores médios e referenciais praticados para equipamentos com registro na **ANVISA**.

6.2. Fonte dos Preços Referenciais

6.2.1. Os preços referenciais foram consolidados por meio de consulta direta a portais de vendas especializadas (como Casa Médica) e atas de registro de preços publicadas no **PNCP**, que apresentam valores compatíveis com o objeto e a realidade econômica para equipamentos de padrão hospitalar.

6.2.2. Os valores unitários de referência identificados foram:

Cadeira de Rodas Padrão Adulto (110kg): R\$ 975,00 por unidade.

Cadeira de Rodas para Obesos (250kg): R\$ 4.545,20 por unidade.

Cadeira de Banho (Inox com Coletor): R\$ 390,00 por unidade.

6.3. Memória de Cálculo da Estimativa

6.3.1. A memória de cálculo baseia-se nos quantitativos consolidados para os departamentos **DAB** e **DMAC**, conforme detalhado no item nas PLANILHA DE SOLICITAÇÃO 1 de 22/01/2026 (ID 2361317) e PLANILHA DE GASTOS 6 de 30/01/2026 (ID 2392050). A estimativa segue rigorosamente os parâmetros do Art. 23, § 1º, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.4. Valor Estimado da Contratação

DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Cadeira de Rodas Padrão Adulto	UND	68	975,00	66.300,00
Cadeira de Rodas para Obesos	UND	29	4.545,20	131.810,80
Cadeira de Banho (Inox c/ Coletor)	UND	50	390,00	19.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 217.610,80

6.5. Com base nos preços unitários referenciais e na memória de cálculo apresentada, estima-se que o valor total da contratação seja de **R\$ 217.610,80 (duzentos e dezessete mil, seiscentos e dez reais e oitenta centavos)**. O valor final da contratação será definido após o certame licitatório, observando-se que a aquisição ocorrerá de forma parcelada, mediante a real necessidade e disponibilidade orçamentária das unidades demandantes.

VII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO

7.1. Análise das Soluções Consideradas

7.1.1. Para atender à necessidade de aparelhamento e renovação do parque tecnológico de equipamentos de mobilidade da **SEMUSA**, foram analisadas as seguintes alternativas:

7.2. Solução 1 Locação de Equipamentos Hospitalares

7.2.1. Consistiria na contratação de empresa para locação de cadeiras de rodas e de banho por período determinado.

7.2.2. Tal solução implicaria em custos mensais contínuos que, a médio prazo, superariam o valor de aquisição do bem. Além disso, a gestão de patrimônio de bens locados dentro de unidades públicas apresenta alta complexidade operacional e risco de descontinuidade do serviço ao fim do contrato de locação.

7.3. Solução 2 Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos

7.3.1. Consiste na licitação para Registro de Preços visando a aquisição definitiva de cadeiras de rodas e de banho, contemplando:

- **Incorporação ao Patrimônio:** Os bens passam a pertencer ao município, garantindo autonomia às unidades de saúde;
- **Especificações Técnicas:** Aquisição de itens novos, com registro na **ANVISA** e alta resistência para pacientes obesos e infantis;
- **Garantia e Assistência:** Cobertura contra defeitos de fabricação e suporte técnico direto do fabricante ou fornecedor;
- **Atendimento Sob Demanda:** Aquisições parceladas conforme a conclusão das obras das novas UBS e a disponibilidade orçamentária, pagando apenas pelos itens entregues.

7.4. Do Processo Licitatório

7.4.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) permitirá à SEMUSA realizar as aquisições de forma gradual, acompanhando o cronograma de ativação das unidades Copas Verdes, Rondon, Nova Londrina, 2º Distrito e a ampliação da UBS 2 de Abril.

7.4.2. O SRP assegura celeridade administrativa e economia de escala, permitindo que as unidades de urgência (**Hospital Municipal e UPA**) substituam itens danificados sem a necessidade de novos processos burocráticos individuais.

7.5. Manutenção e Assistência Técnica

7.5.1. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de **12 (doze) meses**. Durante este período, a empresa contratada deverá assegurar a assistência técnica para correção de eventuais vícios de fabricação ou defeitos estruturais.

7.5.2. A assistência técnica deverá ser prestada de forma a não interromper o fluxo assistencial das unidades, devendo a contratada proceder à substituição do equipamento caso o reparo demande prazo superior ao estabelecido no Termo de Referência.

7.6. Justificativa da Escolha da Solução

7.6.1. Conclui-se que a **Solução 2** é a mais vantajosa nos termos da Lei nº 14.133/2021. Ela garante a eficiência administrativa e a economicidade ao permitir que o município forme um patrimônio próprio de equipamentos permanentes essenciais.

7.6.2. A escolha se justifica pela necessidade de dotar as novas unidades de saúde com infraestrutura moderna e segura desde o primeiro dia de operação, assegurando a acessibilidade e a dignidade no transporte de pacientes com necessidades especiais de locomoção.

VIII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Conforme o disposto no **art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021**, foi avaliada a viabilidade do parcelamento da contratação, visando ampliar a competitividade e garantir a eficiência na execução da despesa pública.

8.2. O objeto desta contratação consiste na aquisição de equipamentos permanentes de mobilidade e higiene para atender ao Departamento de Média e Alta Complexidade (**DMAC**) e ao Departamento de Atenção Básica (**DAB**). O fornecimento será realizado de forma parcelada ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, uma vez que os itens serão solicitados conforme o cronograma de inauguração das novas Unidades Básicas de Saúde e a necessidade de reposição imediata nas unidades hospitalares.

8.3. A estratégia de adjudicação por itens (separados) é recomendada, pois permite que empresas especializadas em diferentes nichos (como cadeiras de rodas técnicas para obesos ou mobiliário em inox para banho) possam competir de forma isonômica, o que potencializa a obtenção de melhores preços e qualidade técnica superior para cada categoria de equipamento.

8.4. O parcelamento da execução (entregas parceladas) não acarreta dificuldade de coordenação nem aumento de riscos operacionais. Pelo contrário, evita a sobrecarga dos depósitos da Secretaria Municipal de Saúde, considerando que o recebimento de 147 equipamentos de grande porte de uma única vez exigiria espaço físico de armazenamento indisponível no momento.

8.5. A decisão pelo parcelamento do objeto (adjudicação por itens) e das entregas (conforme a necessidade) atende aos princípios da eficiência, economicidade e competitividade, estando plenamente justificada nos termos do **art. 18, § 1º, inciso VIII** da referida Lei.

IX - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS

9.1. A aquisição de equipamentos permanentes (**cadeiras de rodas e de banho**) para a Secretaria Municipal de Saúde e seus departamentos requisitantes (**DMAC e DAB**) tem por finalidade assegurar condições adequadas de mobilidade e higiene aos pacientes, bem como manter o fluxo das atividades assistenciais e operacionais, garantindo a dignidade e a segurança no atendimento público de saúde.

9.2. Garantir a operacionalização imediata das novas unidades de saúde (**UBS Copas Verdes, Rondon, Nova Londrina e 2º Distrito/Capelasso**) e a ampliação da **UBS 2 de Abril (Porte IV)**, evitando que estruturas físicas finalizadas fiquem ociosas por falta de equipamentos permanentes de transporte e mobilidade.

9.3. Assegurar condições adequadas de trabalho aos servidores e profissionais de saúde, reduzindo o esforço físico excessivo e o risco de lesões ocupacionais ao realizar o manejo de pacientes em equipamentos novos, leves e ergonomicamente adequados, inclusive para pacientes obesos.

9.4. Evitar prejuízos à segurança do paciente, especialmente em unidades de urgência e emergência (**Hospital Municipal e UPA**), garantindo que o transporte interno ocorra em equipamentos com manutenção em dia, dotados de freios e estruturas íntegras, minimizando o risco de quedas ou eventos adversos.

9.5. Promover a economicidade e a racionalização dos recursos públicos por meio de uma contratação planejada e padronizada via **Registro de Preços**, evitando aquisições emergenciais de última hora, que costumam apresentar preços superiores e menor rigor técnico.

9.6. Preservar a eficiência dos serviços públicos de saúde, assegurando que o tempo de resposta assistencial não seja comprometido pela insuficiência de cadeiras de rodas para o deslocamento de pacientes entre triagem, consultórios, salas de exames e enfermarias.

9.7. Otimizar o aproveitamento dos recursos financeiros através da aquisição de itens de alta durabilidade (aço carbono/inox e materiais impermeáveis), o que prolonga a vida útil do patrimônio público e reduz os gastos recorrentes com consertos e reformas de equipamentos deteriorados.

9.8. Garantir a qualidade e a conformidade técnica dos equipamentos, mediante a observância das normas da **ANVISA** e da **ABNT**, assegurando que o município de Ji-Paraná ofereça uma infraestrutura de saúde inclusiva, capaz de atender cidadãos de diferentes perfis físicos com segurança e respeito.

9.9. Dessa forma, a aquisição de cadeiras de rodas e de banho para a **SEMUSA** revela-se essencial para o alcance dos resultados pretendidos, promovendo a continuidade dos serviços públicos, a economicidade e o uso eficiente dos recursos, em estrita consonância com o interesse público e os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

X - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

10.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração adotará as providências necessárias para assegurar o adequado planejamento, a regularidade do procedimento e a eficiente execução da aquisição de equipamentos permanentes, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

10.1.1. Adequação de Espaço Físico e Armazenamento: A Administração deverá garantir que as unidades de saúde receptoras e o almoxarifado central possuam local adequado, seco e seguro para o recebimento e guarda dos equipamentos (cadeiras de rodas e de banho), evitando a exposição a intempéries que possam causar oxidação ou danos aos componentes estofados antes da sua efetiva distribuição.

10.2. A Secretaria deverá proceder à verificação da disponibilidade orçamentária, com a emissão da respectiva reserva de dotação, assegurando a cobertura financeira necessária para a execução integral do objeto, tanto para o Departamento de Atenção Básica (**DAB**) quanto para o de Média e Alta Complexidade (**DMAC**).

10.3. Deverá ser realizada a definição formal dos responsáveis de cada departamento participante pela gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços, mediante designação de servidor(es) efetivo(s) ou empregado(s) público(s) com atribuições compatíveis, conforme previsto nos arts. 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021:

"A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição."

10.4. O(s) servidor(es) designado(s) para a gestão e fiscalização contratual deverão possuir, preferencialmente, conhecimentos básicos sobre recebimento de material permanente e conferência de especificações técnicas hospitalares, para garantir a conformidade dos bens entregues com o que foi licitado.

10.4.1. Conforme o § 1º, do art. 117:

"O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados."

10.5. Caso necessário, a Secretaria deverá promover orientação prévia aos servidores responsáveis pela fiscalização, focando nos critérios de Recebimento Definitivo, que incluem a conferência de registros na

ANVISA, certificados de garantia e manuais de uso.

10.5.1. O fiscal ficará responsável pelo acompanhamento do fornecimento, incluindo a verificação da integridade física das cadeiras, funcionamento de freios e eixos, conferência das dimensões e capacidades de carga solicitadas, além do controle de prazos de entrega e registro formal de qualquer avaria detectada no ato do descarregamento.

10.5.2. Instrumentação da Fiscalização: Como providência prévia, a Administração deverá disponibilizar aos fiscais o Termo de Referência detalhado e check-lists de conferência técnica para que nenhum equipamento seja aceito em desacordo com as normas de segurança assistencial.

10.6. A Secretaria deverá, ainda, assegurar que a empresa detentora da Ata apresente, previamente à emissão da nota de empenho ou ordem de fornecimento, todos os documentos exigidos, tais como:

- Comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- Cópia do registro do produto na **ANVISA** e, se aplicável, selo do **INMETRO**;
- Certificado de Garantia dos equipamentos, detalhando a rede de assistência técnica ou o canal de suporte.

10.7. Deverão ser estabelecidos mecanismos de comunicação e de registro entre a **SEMUSA** e a contratada, garantindo o acompanhamento sistemático da execução, o controle das ordens de fornecimento e o registro das medições de entrega para fins de pagamento.

10.7.1. Fluxo de Distribuição: Implementar cronograma logístico que alinhe a entrega dos equipamentos com as etapas de inauguração das novas UBS (**Copas Verdes, Rondon, Nova Londrina, 2º Distrito e 2 de Abril**), evitando que equipamentos novos fiquem estocados sem uso por períodos prolongados, o que poderia comprometer o prazo de garantia de fábrica.

10.8. Por fim, a adoção dessas providências previamente à celebração do contrato e emissão das ordens de fornecimento contribuirá para a execução eficiente, segura e econômica da aquisição, assegurando o adequado uso dos recursos públicos, a modernização da rede assistencial e a melhoria do atendimento aos usuários do SUS em Ji-Paraná.

XI - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. . A aquisição de equipamentos permanentes (**cadeiras de rodas e de banho**) para a **SEMUSA** é uma medida essencial para a operacionalização e aparelhamento das unidades de saúde, possuindo caráter autônomo.

XII - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL

12.1. A aquisição de equipamentos permanentes (**cadeiras de rodas e de banho**) apresenta impactos ambientais relacionados principalmente ao descarte final dos itens ao término de sua vida útil (geração de resíduos metálicos e polímeros) e ao consumo de combustíveis fósseis durante a logística de entrega.

12.2. Dentre os principais impactos ambientais potenciais identificados, destacam-se a geração de resíduos sólidos (sucata ferrosa, plásticos e espumas) decorrentes da substituição de equipamentos inservíveis e a emissão de gases poluentes durante o transporte dos bens até as unidades da **SEMUSA**.

12.3. Para mitigar tais impactos, a contratada e a Administração deverão observar a legislação vigente, em especial as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (**Lei nº 12.305/2010**), contemplando as seguintes ações:

- I. Priorizar a aquisição de equipamentos fabricados com materiais de alta durabilidade e resistência à corrosão (como aço com pintura eletrostática ou aço inox), prolongando o ciclo de vida do produto e reduzindo a frequência de descarte;
- II. Exigir que as embalagens utilizadas para o transporte (papelão, plásticos e proteções) sejam preferencialmente recicláveis, cabendo à contratada o recolhimento e a destinação final adequada desses materiais após a montagem e entrega técnica dos equipamentos;
- III. Realizar o planejamento logístico das entregas de forma a otimizar as rotas até as Unidades Básicas de Saúde e Hospitais, visando a redução do consumo de combustíveis e da emissão de gases de efeito estufa.

12.4. No que se refere à Logística Reversa e desfazimento de bens:

- I. Ao término da vida útil dos equipamentos, o Município deverá proceder ao desfazimento conforme as normas de gestão patrimonial, priorizando o leilão para reciclagem da sucata metálica, reinserindo o material na cadeia produtiva;
- II. A contratada deverá informar, quando solicitado, a existência de programas de logística reversa para componentes específicos, como pneus e partes plásticas, em conformidade com as normas ambientais.

12.5. Quanto ao consumo de recursos e sustentabilidade:

- I. Os equipamentos adquiridos (cadeiras de rodas e banho) são de acionamento mecânico, não demandando consumo de energia elétrica para seu funcionamento, o que se alinha aos princípios de baixo consumo de recursos energéticos;
- II. A escolha por materiais de fácil higienização reduz a necessidade de uso excessivo de produtos químicos agressivos e grandes volumes de água durante os protocolos de desinfecção hospitalar.

12.6. A adoção das medidas mitigadoras descritas contribuirá para a redução dos impactos ambientais decorrentes da renovação do parque tecnológico da saúde, assegurando a conformidade ambiental da contratação e o alinhamento da Administração aos princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos na **Lei nº 14.133/2021**.

XIII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

13.1. Com base nas informações técnicas, administrativas e econômicas apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a aquisição de equipamentos permanentes (cadeiras de rodas e de banho) mostra-se plenamente adequada, necessária e justificada, devendo ser realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme o Art. 82 da Lei nº 14.133/2021, considerando a necessidade de suprir as novas unidades de saúde e a reposição contínua do parque tecnológico hospitalar.

13.2. A disponibilidade desses equipamentos é essencial para o suporte logístico e assistencial das novas unidades (**UBS Copas Verdes, Rondon, Nova Londrina, 2º Distrito e a ampliação da UBS 2 de Abril**), bem como para a manutenção das atividades nas unidades de urgência e emergência, garantindo as condições

adequadas de mobilidade, segurança e dignidade aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) em Ji-Paraná.

13.3. A solução proposta de **Registro de Preços** para futura e eventual aquisição revela-se a alternativa mais eficiente e economicamente vantajosa, pois permite a economia de escala, reduz a necessidade de processos licitatórios repetitivos e garante a padronização técnica e sanitária, conforme as exigências do Art. 40, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, observando que:

"O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não exclui ou reduz essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão contratante." (Fundamentado no Art. 120 da Lei 14.133/2021).

13.4. Diante do exposto, posiciona-se favoravelmente à realização da contratação via **Registro de Preços**, por se tratar de medida indispensável para a estruturação das novas unidades e manutenção das atividades assistenciais da **SEMUSA**, assegurando a eficiência administrativa e o pleno atendimento das demandas de saúde ofertadas à população.

XIV - CONSULTA A ÓRGÃO GERENCIADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MUNICIPAL QUANTO À EXISTÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ATENDA A NECESSIDADE APRESENTADA PELO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

14.1. Em atendimento ao disposto no art. 6º do Decreto Municipal nº 1385/2023, foi realizada consulta ao Portal da Transparência do Município de Ji-Paraná (transparencia.ji-parana.ro.gov.br) em **17/04/2026**, com o objetivo de verificar a existência de Ata de Registro de Preços vigente que pudesse atender à necessidade ora apresentada.

14.2. Após a consulta e análise do banco de dados oficial, constatou-se a **inexistência** de Ata de Registro de Preços ativa no âmbito municipal que contemple o objeto pretendido (cadeiras de rodas e de banho), conforme imagem:

A imagem é uma captura de tela do navegador Google Chrome, mostrando o portal de transparência do Município de Ji-Paraná. A URL na barra de endereços é transparencia.ji-parana.ro.gov.br/novo/PREVIDENCIA/compras-licitacoes/compras-diretas/2026/3?objeto=cadeira%20de%20roda&page=1&perPage=10. O sistema de filtros "FILTRAR COMPRAS DIRETAS" está configurado com: Exercício: 2026; Empresas: (selecionado); Modalidade: (selecionado); Número do Processo: (selecionado); Situação: Todos; Chamamento Público: Todos; Carona: Todos; Objeto: cadeira de roda. Botões "LIMPAR" e "CONSULTAR" estão visíveis. Abaixo dos filtros, há botões para "Licitações" e "Compras Realizadas". Na seção "COMPRAS DIRETAS", há opções para exportar em CSV, TXT ou API. Um banner amarelo informa: "NÃO HÁ DADOS PARA SEREM EXIBIDOS ATÉ A DATA (17/04/2026)". No rodapé da interface, há links para "ACESSE MAIS INFORMAÇÕES", "PCA - Plano de Contratações", "ATAS DE ADESAO", "RELAÇÃO LICITANTES" e "E/OU". A barra de tarefas do Windows no fundo mostra o relógio às 11:00 em 17/04/2026.

14.3. A evidência da referida consulta, demonstrando a ausência de registros para o exercício de 2026 até a presente data, encontra-se juntada aos autos para fins de comprovação e transparência administrativa.




14.4. Diante da ausência de instrumento vigente que atenda à demanda, justifica-se a necessidade da realização de nova licitação, na modalidade Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços, visando garantir a continuidade dos serviços assistenciais da rede municipal de saúde.

XV - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. A aquisição de equipamentos permanentes (**cadeiras de rodas e cadeiras de banho**) para atender às necessidades do Departamento de Atenção Básica (**DAB**) e do Departamento de Média e Alta Complexidade (**DMAC**) é considerada plenamente viável. A adoção do **Sistema de Registro de Preços** garante à Administração Pública a flexibilidade necessária para o aparelhamento das novas unidades de saúde conforme o cronograma de entrega das obras, bem como a reposição imediata de itens nas unidades de urgência e emergência, assegurando o melhor custo-benefício, a padronização técnica e a conformidade com as normas sanitárias vigentes (**ANVISA**).

Data da assinatura eletrônica:

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por DIOGO DE SOUZA OLIVEIRA, GERENTE DEPARTAMENTO MEDIA E ALTA COMPLEXIBILIDADE , em 17/04/2026 às 12:23, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023 .
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por CRISTIANO RAMOS PEREIRA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE , em 17/04/2026 às 12:26, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023 .
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por ALINE LARA DE CARVALHO, Diretora do Dep. de Atenção Básica , em 17/04/2026 às 12:54, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023 .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2613533** e o código verificador **F02722F2**.

Referência: [Processo nº 1-670/2026](#).

Docto ID: 2613533 v1

ANEXO II

CARTA PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1- 670/2026 – SEMUSA

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de cadeiras de rodas destinadas às Unidades Básicas de Saúde do Município de Ji-Paraná/RO., visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme edital e seus anexos.

Dados do proponente:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Município: Estado: CEP:

Telefone:

E-mail:

Dados do responsável pela assinatura do Contrato:

Nome Completo:

CPF n.º

Cargo/Função:

Dados para contato/correspondência:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Dados para pagamentos:

Conta Corrente n.º

Agência n.º

Banco.....

À

Superintendência de Compras e Licitações

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. S^a., nossa “**PROPOSTA DE PREÇOS**” pelo preço global de R\$ _____
(_____), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Und.	Qnt.	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS					
1	CADEIRA DE RODAS, TIPO USO: BANHO, CAPACIDADE MÁXIMA: A TÉ 250 KG: Funcionamento: manual, tipo construtivo: fixa, material estrutura: aço inoxidável, acabamento estrutura:	UND	50	843,55	42.177,50

	esmaltado, tamanho: adulto, tipo encosto: encosto fixo, acabamento do encosto e assento: plástico resistente, tipo de pneus dianteiros e traseiros: maciços, apoio pés: apoio pés fixo				
ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO					
2	CADEIRA DE RODAS, CAPACIDADE MÁXIMA: ATÉ 250 KG, ACABAMENTO DO ENCOSTO E ASSENTO EM NYLON: Tipo funcionamento: manual, tipo construtivo: dobrável, material estrutura: alumínio, acabamento estrutura: pintura epóxi, tipo uso: locomoção, tamanho: adulto, apoio braço: apoio braços fixos, apoio pernas: elevação de pernas, apoio panturrilha, tipo de pneu: pneus dianteiros maciços, tipo pneu traseiro: traseiro maciço, tipo freio: freio bilateral, apoio pés: apoio pés removível	UND	22	4.959,83	109.116,26
COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 02 – RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO ME/EPP/EQUIPARADAS					
3	SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 1 ML, TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, TIPO VEDAÇÃO: EMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL: GRADUADA (ESCALA UI), NUMERADA, TIPO AGULHA: C, AGULHA 30 G X 5,16" (8 X 0,3 MM), ESTERILIDADE: ESTERIL, DESCARTAVEL, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UND	7	4.959,83	34.718,81
ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO					
4	CADEIRA DE RODAS COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: confeccionada com alumínio com braços e pés fixos, com elevação de perna e suporte de soro com capacidade de até 110kg.	UND	51	1.611,98	82.210,98
COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 04 – RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO ME/EPP/EQUIPARADAS					
5	LANCETA PARA PUNÇÃO DIGITAL 28G, MATERIAL LÂMINA DE AÇO INOXIDÁVEL, PONTA AFIADA, TRIFACETADA, USO DESCARTAVEL, ESTERIL, TIPO ULTRAFINA, COM SISTEMA RETRÁTIL: Lanceta para punção digital 28G, material lâmina de aço inoxidável, ponta afiada, trifacetada, uso descartável, estéril, tipo ultra afina, com sistema retrátil.	UND	17	1.611,98	27.403,66

Total Estimado para todos os itens - R\$ 295.627,21 (*Duzentos e noventa e cinco mil, seiscentos e vinte e sete reais e vinte e um centavos*)

Observações:

- Os itens 2 e 4 é destinado para **AMPLA PARTICIPAÇÃO**.
- Os itens 3 e 5 é **COTA de até 25% RESERVADA À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS**.
- O item 1 é **DESTINADO À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS**.
- Nos termos do Acórdão APL-TC 00203/2025 de 09/02/2026, do TCE/RO, e em atenção ao Decreto Municipal nº 6.566/16, se a mesma empresa ofertar o menor preço na cota reservada e na cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – COMPRASGOV/CATMAT, e as especificações constantes no Anexo II deste edital, prevalecerão às últimas.
- Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da marca/modelo/fabricação.
- **As licitantes deverão encaminhar juntamente com a proposta, folder, catálogo ou similar para adequada análise do setor técnico competente.**

Local/ Entrega/Pagamento: Conforme descrito no **Termo de Referência – Anexo I do Edital**.

Esta proposta é **VÁLIDA POR 60 (SESSENTA) DIAS** (*mínimo*), a contar da data da apresentação.

DECLARAÇÃO SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do **Edital do Pregão Eletrônico nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, objeto supracitado e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx **DECLARA** expressamente que:

- A proposta apresentada para participar da presente licitação, foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato por esta empresa, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato por esta licitante, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato por esta empresa quanto a participar ou não da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato por esta licitante antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura do Município de Ji-Paraná/RO antes da abertura oficial das propostas;
- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;

- g) Entregará/Prestará, sob sua integral responsabilidade, os itens/serviços objeto do referido Edital, no valor ofertado.
- h) Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos itens/serviços, todos os custos, materiais, benefícios, encargos, tributos, demais contribuições e todos os pormenores necessários à completa entrega dos materiais/realização do serviço, mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.
- i) Conhece a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos e que conhece e aceita todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.
- j) Nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas será devido, caso a proposta não seja aceita.
- k) Tem amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Local e data

Nome, cargo e assinatura do Representante Legal

ANEXO III

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- 1.1. Registro empresarial na **Junta Comercial**, no caso de empresário individual;
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, **devidamente registrado** na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.3. Documentos de **eleição ou designação** dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de **sociedade não empresária**, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, tratando-se de **sociedade estrangeira no país**, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.6. Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – **MEI**
 - 1.6.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com **todas as suas alterações**, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- 2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**);
- 2.3. Inscrição no **cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.4. Certidão Conjunta **Negativa de Débitos** ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à **Dívida Ativa da União**;
- 2.5. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**;
- 2.6. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.7. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- 2.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.
- 2.9. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (RFB e PGFN), incluindo contribuições relativas à Seguridade Social.**

3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

- 3.1. **Certidão Negativa de Ações de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial** (Lei nº 11.101/05), expedida pelo distribuidor da sede da licitante, **nos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do **prazo de validade expresse na própria Certidão**.

- 3.1.1. Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.
 - 3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

- 3.2. **Balanco patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, assinados pelo **representante**

legal e pelo **contabilista responsável**, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, **vedada a sua substituição** por balancetes ou balanços provisórios.

3.2.1. As empresas deverão apresentar **declaração assinada por profissional habilitado** da área contábil, que **atesta o atendimento** pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) **superiores a 1**.

3.2.2. Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem **inferiores ou igual a 1**, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social **no mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

3.2.3. Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.

3.2.4. As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**.

3.2.5. O **microempreendedor individual (MEI)**, ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.1. **Comprovação de aptidão** para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

4.2. A comprovação se dará mediante a apresentação de **no mínimo 01 (um) ATESTADO** fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos iguais ou semelhantes ao objeto desta licitação.

4.3. O (s) atestado (s)/certidões **deverão estar necessariamente** em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

4.3.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

5.1. **DECLARAÇÃO** subscrita pelo representante legal do licitante, **conforme modelo Anexo III – A**, elaborada em papel timbrado da empresa licitante.

ANEXO III – A

MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na....., por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que **ATENDE AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);

- d) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.ji-parana.ro.gov.br
- h) No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- i) **No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;**
- j) Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;
- k) Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- l) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- Obs:** *O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.*

Ji-Paraná, xx de xxxxxx de 202x.

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº.....

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, E A
EMPRESA.....**

A **PREFEITURA MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, 1.701, bairro Urupá, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXX SSP/RO e CPF/MF nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediado(a) na em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) portador(a) da Carteira de Identidade nº expedida pela (o) e CPF nº tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD E DE MEDIDA	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.3.5. O prazo de vigência da contratação é de contados do (a), na forma do CAPÍTULO V - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

1.4. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (*ou*) Será admitida a subcontratação do objeto contratual conforme previsto no capítulo..... do Termo de Referência – Anexo I do Edital

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

1.5. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

1.6. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

1.7. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

1.8. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

1.9. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice (*conforme índice indicado no Termo de Referência*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.10. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.11. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.12. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.13. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.14. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.15. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

1.16. São obrigações do Contratante:

- 1.17. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 1.18. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 1.19. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 1.20. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 1.21. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 1.22. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 1.23. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 1.24. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 1.25. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 1.26. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- 1.27. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 1.28. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 1.29. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 1.30. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);
- 1.31. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 1.32. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 1.33. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 1.34. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 1.35. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 1.36. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 1.37. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 1.38. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 1.39. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 1.40. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 1.41. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 1.42. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 1.43. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 1.44. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 1.45. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 1.46. Não haverá exigência de garantias contratuais **ou** a exigência de garantia contratual da execução será a (conforme descrito no Termo de Referência)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 1.47. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 1.48. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 1.49. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 1.49.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 1.49.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - 1.49.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 1.49.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 1.50. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 1.51. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 1.52. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 1.53. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 1.54. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de

Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.55. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

1.56. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

1.57. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

1.58. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.58.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.59. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.59.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.59.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.59.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.60. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 1.60.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 1.60.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 1.60.3. Indenizações e multas.

1.61. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.62. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

1.63. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

1.63.1. Fonte de Recursos:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1.64. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

1.65. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

1.66. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.67. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

1.68. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

1.69. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

1.70. As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Prefeito do Município de Ji-Paraná

Secretário/Presidente

Representante legal do Contratado

Procurador Geral do Município

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos __(____) dias do mês de ____ do ano de dois mil e vinte e __, às __ horas na Superintendência de Compras e Licitações da Prefeitura do Município de Ji-Paraná, situada na Rua dos Brilhante, 130; Bairro Urupá; Ji-Paraná; Rondônia; Cx. Postal 268; CEP. 76.900-150, o Superintendente de Compras e Licitações, Sr....., brasileiro, casado, Decreto n....., considerando o julgamento da licitação na **modalidade de pregão, na forma eletrônica**, para **REGISTRO DE PREÇOS n°/202...., publicada no de/202....., processo administrativo n.º, RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto Municipal n. 1385/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do **Termo de Referência** e do **Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, que são parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

CNPJ n Empresa:						
Item	Descrição Genérica	Unidade de Forneciment o	Quantidad e Total	Quantidade Ofertada	Valor Unitári o	Valor Total do Fornecedor
Marca: Fabricante: Modelo / Versão: Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:						
Marca: Fabricante: Modelo / Versão: Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão).....

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou

projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada **por igual período e quantitativo renovado**, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n..... e**

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços deverá ser assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, por meio de assinatura digital, pelo link Portal de Serviços (ji-parana.ro.gov.br), o qual será disponibilizado **via e-mail** pelo Setor de Registro de Preços, tão logo sua elaboração.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer, em tempo hábil, ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência e Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Assinaturas

*Representante legal do órgão gerenciador e representante (s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)*

ANEXO V - A

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário**:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade de Ofertada	Valor Un	Valor Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **mantiveram sua proposta original**:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade de Ofertada	Valor Un	Valor Total